

Segurança Privada de Luto

"Senador da Segurança Privada", Major Olimpio deixa um legado de luta e respeito pelo segmento

+ 1962

† 2021

ISC BRASIL

15 ANOS
NO BRASIL

30.SETEMBRO
02.OUTUBRO

ISC EAST
NOVA YORK - EUA

ISC WEST
LAS VEGAS - EUA

EXP SEGURIDAD
CIDADE DO MÉXICO - MÉXICO

EXPO CENTER NORTE
SÃO PAULO - SP



**FEIRA INTERNACIONAL DE SOLUÇÕES
INTEGRADAS DE SEGURANÇA**


ELETRÔNICA • PRIVADA E PATRIMONIAL • PÚBLICA

SEGURANÇA INTEGRADA PARA UM MUNDO MAIS SEGURO E CONECTADO

SEJA UM EXPOSITOR NA ISC BRASIL

11 3060.4892 | comercial@iscbrasil.com.br

 /iscbrasil

 /isc-brasil

Confira todas as marcas e palestrantes já confirmados.

iscbrasil.com.br

Apoio Oficial:

Organização e Promoção:





LUTO, TRISTEZA e **ESPERANÇA**

Infelizmente, neste ano de 2021, no dia 18 de março, a segurança privada teve um dos dias mais tristes da sua história. Faleceu vítima da covid 19 o nosso querido amigo, o senador Major Olimpio.

O “Senador da Segurança Privada”, como ele mesmo se denominava, era uma pessoa ímpar, um ser humano íntegro e excepcional, um cidadão exemplar, um defensor do Brasil e da população, um guerreiro que, em momento algum,

traiu suas convicções. Com uma longa história na segurança pública, ao iniciar a carreira política, sempre fez questão de deixar clara a importância da segurança privada.

Desde que assumiu o primeiro mandato de deputado estadual em São Paulo, em 2011, fez do desenvolvimento da nossa atividade uma bandeira. Já em Brasília, como deputado federal e, depois, senador, sempre caminhou ao nosso lado. Foi fundamental para que a Câmara dos Deputados votasse o Estatuto da Segurança Privada, em 2016. No Senado, vinha trabalhando nos últimos dois anos para que a votação fosse concluída na Casa. Além disso, lutava para alterar as propostas de Reforma Tributária apresentadas até o momento, que ampliam a carga de impostos das empresas.

Da dor pela perda, da longa batalha que temos enfrentado contra a covid, precisamos tirar a força e o exemplo para continuarmos lutando pelo nosso segmento. Dois mil e vinte e um se apresenta como mais um ano difícil. O término dos programas de apoio do governo federal em dezembro de 2020 tornou a vida das empresas ainda mais complicada. As projeções de inflação têm sido revistas para cima constantemente.

Medidas paliativas por parte das próprias empresas e do governo podem ser tomadas, mas não resolvem o problema em definitivo. Estamos chegando ao limite. A vacinação em massa é a solução mais consistente no momento. O próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, tem repetido esse mantra, e consultores do mercado também.

Assim, a esperança de uma retomada mais efetiva da economia ainda em 2021 passa necessariamente pela imunização em massa no Brasil. Temos um diferencial em relação a vários países, dois laboratórios, Butantan e Fiocruz, já produzindo vacinas em solo nacional.

Vamos seguir juntos, lutando, brigando, ajudando-nos, como o nosso grande amigo Major Olimpio nos ensinou.

Minha solidariedade a familiares, amigos e admiradores.

Jeferson Nazário
Presidente da Fenavist



Presidente

Jeferson Furlan Nazário

Vice-Presidente

José Jacobson Neto

Vice-Presidentes

Alberto Mario Alves Fonseca, Alessandro Abrahão Netto de Jesus, Alex Bortoletti, Alípio José Castelo Branco, Autair Iuga, Avelino Lombardi, Dildo Wanderley Berger, Edimar Barbosa, Edmilson Pereira, Edson Pinto Neto, Flavio Sandrini Baptista, Ivan Hermano Filho, Jacymar Daffini Dalcamini, João Eliezer Palhuca, Lauro Santana, Luis Gustavo Silva Barra, Marco Antonio Lopes, Odair de Jesus Conceição, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Percival Aracema, Renato Fortuna Campos, Ricardo Tadeu Corrêa, Ruben Schechter, Silvio Renato Pires, Urubatan Estevam Romero, Washington Umberto Cinel

Vice-Presidentes Adjuntos

Aldair Neves Pinto Júnior, Amauri de Oliveira Soares, Amílto José do Pilar, Andrea Carla, Ari Favero Dal Bem, Carlos Eduardo Lobato Frota, Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, Domingos Alcantara Gomes, Fabiano Barreira da Ponte, Fernando Henrique Ribas, Gilberto Perera, Jerfferson Simões, José Elcino Rodrigues Bueno, José Evaldo Vieira, José Pacheco Ferreira, Joseph Ribamar Madeira, Leslie Castelo de Vasconcelos, Luis Fernando Azevedo da Silva, Orlando Braga de Almeida, Paulo César Braga Icó da Silva, Sandro Maurício Smaniotto.

Vice-Presidentes Regionais

Agostinho Rocha Gomes, Alfredo Vieira Ibiapina Neto, Angelo Roberto Jacomini, Carlos Eduardo Lobato Frota, Flavio Sandrini Baptista, Frederico Crim Câmara, Leonardo Ottoni Vieira.

Conselho Fiscal

Denilson Colodetti Pinheiro, Halano Soares Cunha, Sandro Ataíde Moura, Marcus Vinícius Castro do Nascimento, João José Andrade de Almeida.

Delegados Representantes

Jacymar Daffini Dalcamini, Jeferson Furlan Nazário, Odair Conceição, Waldemar Pellegrino Junior.

Conselheiros Sesc/Senac

Lélio Vieira Carneiro, Leonardo Ottoni Vieira, Sidney Tinoco, Urubatan Estevam Romero.

Conselho de Ex-Presidentes

Eunício Lopes de Oliveira, Lélio Vieira Carneiro, Cláudio Neves, Jerfferson Simões, Odair Conceição.

Superintendente

Ana Paula Queiroga

Jornalista Responsável

Luís Evangelista – DF 7273
ascom@fenavist.org.br

REDAÇÃO E EDIÇÃO

Ascom/Fenavist

REVISÃO

Fátima Loppi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Lígia Uchôa

IMPRESSÃO E TIRAGEM

Gráfica Athalaia - 2.800 exemplares

Entre em contato para fazer parte das nossas publicações.
ascom@fenavist.org.br
55 61 3327-5440

Fenavist

Ed Prime – SBS Qd 2 – Lote 15 – Bl. E – 16º andar
Salas 1.601/1.602 – CEP: 70070-120
Brasília-DF – Brasil Tel: 55 61 3327-5440
www.fenavist.org.br
fenavist@fenavist.org.br

A REVISTA FENAVIST SEGUE AS NOVAS NORMAS DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA.

06 Maior evento de segurança integrada do País, ISC Brasil acontece de forma híbrida e já tem presença confirmada de empresas líderes da indústria

07 Fenavist tem orgulho de fazer parte dos 75 anos de história da CNC

08 Artigo: Não são apenas dados

10 Fenavist é recertificada com norma ISO 9001:2015

11 Fenavist lança webcast

12 Artigo: Devemos tomar algumas decisões, essas estão acima da minha capacidade

14 O foco deve ser na vacinação em massa

15 Segurança privada sofre com a paralisação dos eventos em todo o País

16 Diante do cenário econômico provocado pela pandemia da Covid-19, o INASEP pode se tornar um grande parceiro das empresas

18 Artigo: O que esperar para 2021!

20 Fenavist intensifica trabalho no Congresso Nacional para aprovação de Projetos que regularizam o pagamento de dívidas

21 Proposta que prevê transferir para a PM a responsabilidade de autorizar e fiscalizar a segurança privada não é motivo de preocupação, afirma consultora parlamentar da Fenavist

22 Capa: Segurança Privada de Luto

27 PF confirma entendimento de que as escolas de formação fazem parte dos serviços essenciais

28 Artigo: Novos tempos exigem mudanças

30 Fenavist discute racismo em audiência na Comissão de Juristas da Câmara dos Deputados

31 Coluna Segurança Inteligente

32 Entidades de Santa Catarina lançam movimento "Vacina É Essencial"

33 Artigo: Novidades da nova lei de licitações que devem ser observadas pelas empresas de segurança

36 Informação Segura

38 Coluna Fenavist

40 Artigo: Lei autoriza o pagamento de indenização aos profissionais de saúde e autoriza a dispensa de comprovação da COVID nos 7 dias iniciais.

42 Coluna Sindicatos

44 Artigo: SESVESP se articula para manter setor ativo e busca soluções para reduzir os impactos da crise sanitária

46 Coluna Gente

48 Lista Sindicatos

50 Agenda

Maior evento de segurança integrada do País, ISC Brasil

acontece de forma híbrida e já tem presença confirmada de empresas líderes da indústria

Exposição será realizada entre 22 e 24 de setembro, no Expo Center Norte, trazendo os mais novos produtos, tecnologias e lançamentos do segmento

A ISC Brasil 2021 será realizada em formato híbrido e acontecerá de 27 a 29 de abril (digital) e nos dias 22, 23 e 24 de setembro (físico), no Expo Center Norte, em São Paulo. Organizada pela Reed Exhibitions, a versão brasileira da International Security Conference & Expo (ISC), com origem nos Estados Unidos, é a verdadeira meca do setor de segurança integrada (pública, privada e eletrônica) do país.

Em meio a todo o contexto de pandemia, o Setor da Segurança segue muito ativo e se mostrou essencial ao longo de todo esse período. Novos protocolos de segurança e sanitários em espaços públicos e privados têm sido mantidos e controlados pelos profissionais de segurança à luz das novas demandas e soluções criadas pelos gestores de segurança para minimizar impactos dos efeitos de quarentena.

Ademais, novas e avançadas tecnologias têm surgido no mercado com variadas aplicações que contribuem para a segurança e o controle sanitário de espaços onde os novos protocolos e as restrições governamentais obrigam à adoção de medidas por parte dos gestores de segurança.



Exemplo dessas novas tecnologias são as câmeras com medição térmica, controle de acessos sem toque e reconhecimento facial com máscara, drones, analíticos de vídeos e Inteligência Artificial.

Com tudo isso, as empresas de segurança são essenciais para prevenção, controle e monitoramentos na situação da pandemia. A indústria tem estado em grande atividade e o desejo das marcas darem a conhecer essas novas soluções tem sido uma corrida muito competitiva na busca pela atenção dos clientes corporativos, condomínios, hospitais, shopping centers, de indústrias e integradores para adoção dessas tecnologias e soluções integradas nas operações de novos protocolos vigentes.

Para a edição deste ano, a ISC Brasil prepara a realização de um evento híbrido, simultaneamente com a presença física e transmissão digital e on-line. O evento já conta com a presença confirmada de algumas empresas líderes do setor no Brasil em meio a dezenas de expositores.

A ISC Brasil conta, mais uma vez, com o apoio oficial das principais entidades de classe do setor de Segurança no Brasil, como Fenavist, SESVESP, ABSEG, ASIS, ABINEE, ABIMDE, ABCFAV, CNCG e SIESE-SP.

Fenavist na ISC

Uma das principais parceiras da ISC, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) estará presente nas duas etapas do evento. Na versão digital, no dia 28 de abril, o presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, será um dos conferencistas do painel "A visão dos C-Levels sobre a responsabilidade das empresas de segurança nos desafios de mudanças de perfil, busca por inovações, tecnologias e nova atuação de mercado".

Fenavist tem orgulho de fazer parte dos 75 anos de história da CNC

Há 26 anos, a Federação foi reconhecida pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

Em meados dos anos de 1940, logo após o final da Segunda Guerra Mundial, os principais líderes empresariais brasileiros entenderam que a emergente sociedade democrática demandaria maior representatividade das classes trabalhadoras e empresariais. Nesse sentido, era necessário se organizar para enfrentar os grandes desafios e as oportunidades para a construção de uma nova sociedade e de uma economia forte e moderna. Justamente esses líderes colaboraram com a criação da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

De acordo com o livro da CNC que conta os 75 anos de história da entidade, “o passo inicial se deu na 1ª Conferência Nacional das Classes Produtoras (Conclap), realizada em 1º de maio de 1945, em Teresópolis (RJ), que reuniu 183 delegações de todo o Brasil compostas de empresários e representantes de sindicatos, associações comerciais, industriais, entre outras entidades. Três pontos de destaque foram resultado das discussões. O principal foi a ‘Carta Econômica de Teresópolis’, que fez uma radiografia da situação socioeconômica do País e propôs um compromisso dos empresários com um regime de ‘justiça social’, que manteria a harmonia entre todos os elos da cadeia produtiva. O segundo foi um adendo ao anterior, a ‘Carta da Paz Social’, que trazia a preocupação dos empregadores com a extrema pobreza do País e com a baixa capacitação profissional do trabalhador brasileiro. Derivada dela, surgiu o terceiro ponto sob a forma de um consenso da necessidade da criação de um órgão que fosse o porta-voz oficial do comércio perante o governo e a sociedade”.

A Carta de Teresópolis se tornou um documento histórico, cujos princípios foram incorporados aos estatutos

da criação da CNC, em 4 de setembro de 1945. “Seu principal objetivo era catalisar os esforços regionais de federações e sindicatos e atuar como porta-voz oficial dos empresários do comércio, a exemplo do que a Confederação Nacional da Indústria fazia pelos industriais desde 1938. A CNC foi reconhecida em 30 de novembro de 1945 como a entidade máxima do empresariado comercial brasileiro”, conta o livro CNC 75 anos.

Desde a sua fundação, a Confederação manteve uma trajetória de sucesso, sempre lutando pelo setor de serviços no Brasil. Atualmente, a CNC representa 34 federações, 1.035 sindicatos e mais de cinco milhões de empresas.

Fenavist e CNC

Uma das entidades que fazem parte da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo é a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist). Fundada em 1989, os dirigentes da Fenavist vislumbravam a necessidade de se inserirem de forma definitiva na atividade sindical, a partir do reconhecimento das entidades de grau superior. Com essa finalidade, em 1993, o processo de filiação à CNC teve início.

A carta que comunicou a entrada da Fenavist como associada da CNC data do dia 12 de janeiro de 1995. Grande entusiasta da ideia e presidente da Fenavist à época, Lélvio Vieira Carneiro incluiu representantes da federação na diretoria da CNC e nos conselhos regionais e nacionais do SESC/Senac. “Conseguimos ver reconhecida como entidade sindical de segundo grau nossa federação, por meio da aprovação do seu registro pela Comissão de Enquadramento e Registro Sindical da CNC, passando a integrar o sistema confederativo da representação sindical do comércio”, explicou Carneiro em relato publicado no Livro de 25 anos de história da Fenavist.

Essa parceria tem sido fortalecida ao longo dos anos, sempre alcançando bons resultados para o segmento de segurança privada.



NÃO SÃO APENAS DADOS

*Ana Paula Queiroga – Superintendente da Fenavist

A partir de agosto, entram em vigor as punições para quem deixar de cumprir as determinações e exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com previsão de penalidades como multa e outras restrições. Apesar do caráter punitivo, a LGPD não deve ser vista como mais uma obrigação, mas, sim, como um avanço, um diferencial na relação com colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros.

Há anos os dados acumulados por empresas e entidades de classe deixaram de ser simplesmente uma agenda de contatos com nome, telefone e algumas vezes endereços. Os bancos de informações estão cada vez mais completos e assim devem ser, desde que se observem suas limitações legais. Com base nessas diversas informações acumuladas, que incluem até o histórico de navegação na internet e as últimas compras, é possível conhecer o cliente, o parceiro e até mesmo o concorrente melhor. Logo, a informação não é um simples dado, é uma ferramenta muito importante de trabalho, um diferencial.

É nesse contexto que a LGPD se apresenta. Ela não pode ser enxergada como mais uma burocracia ou um aumento de carga de trabalho. A Lei Geral de Proteção de Dados é a garantia de que as informações armazenadas foram autorizadas por seus respectivos donos, de que os dados estão devidamente armazenados e seguros, o que gera a tranquilidade de clientes e associados. Também permite que se criem níveis de acesso, dificultando casos de espionagem empresarial, processo por



uso indevido das informações e maior organização das empresas e entidades de classe.

É imprescindível que empresas e sindicatos atuem dentro do rigor estabelecido pela LGPD.

Para a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) que, antes mesmo da entrada em vigor da nova legislação, já fazia o tratamento minucioso das informações recebidas das empresas e dos sindicatos associados, o trabalho para se enquadrar a LGPD já começou.

Eu, Ana Paula Queiroga, superintendente da Fenavist e gestora de Negócios do INASEP, fui nomeada pela diretoria das entidades como Encarregada de Dados (DPO). Como missão primordial caberá a mim a responsabilidade pelo tratamento de dados das entidades e atuarei como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

A Lei Geral de Proteção de Dados foi criada para garantir a proteção aos dados pessoais de todo cidadão que esteja no Brasil e estabeleceu novas regras para empresas e órgãos públicos, no que dizem respeito ao tratamento da privacidade e segurança das informações de usuários e clientes. E é esse trabalho que a Fenavist iniciou. Mas não queremos ser a exceção, queremos ser parte do movimento de transformação, por isso participe desse processo conosco!

“A Lei Geral de Proteção de Dados foi criada para garantir a proteção aos dados pessoais de todo cidadão que esteja no Brasil e estabeleceu novas regras para empresas e órgãos públicos, no que dizem respeito ao tratamento da privacidade e segurança das informações de usuários e clientes.”

E motivos não faltam:

- 1.** Trata-se de uma obrigação legal que deve ser respeitada;
- 2.** Melhora a reputação e imagem da entidade (empresa) no mercado;
- 3.** Faz com que a entidade se destaque em relação à concorrência;
- 4.** Aumenta a credibilidade no mercado pela conscientização da proteção dos dados pessoais;
- 5.** Há maior apreço por parte dos clientes e parceiros comerciais;
- 6.** Fortalece as relações comerciais em virtude da responsabilidade solidária.

Além de todos os benefícios, também é preciso destacar as questões legais, que podem até impedir o funcionamento de entidades e empresas:

- 1.** Multas;
- 2.** Vulnerabilidade da entidade ou do empreendimento;
- 3.** Publicidade da infração cometida após apuração e constatação;
- 4.** Suspensão do banco de dados pelo prazo de seis meses, e proibição parcial ou total do exercício relacionado com o tratamento dos dados;

5. Má reputação da entidade e/ou empresa no mercado;

6. Recebimento de processos administrativos e judiciais;

7. Impossibilidade da participação em processos licitatórios ou não contratação por ausência de implantação.

Diante desse cenário cada vez mais desafiador, que a cada dia evolui um pouco mais, tratar os dados de forma correta é um diferencial para entidades e empresas. Quem ficar de fora, estará optando por atuar em um cenário que deve ser extinto em breve.

Venha conosco e implemente a LGPD no seu sindicato e nas empresas, até porque nenhum setor entende mais de proteção do que a segurança privada.



Fenavist é recertificada com norma ISO 9001:2015

Federação também iniciou o ciclo de 2021 do Sistema de Excelência em Gestão Sindical da CNC

No dia 19 de fevereiro, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) passou por auditoria externa realizada pela Fundação Vanzolini. Ao final do processo, a Fenavist foi recertificada com a norma ISO 9001:2015, que atesta a conformidade com os Sistemas de Gestão da Qualidade (SQG).

A manutenção do selo ISO 9001:2015 se deu após a Fundação Vanzolini confirmar que a entidade cumpre requisitos como indicadores que medem a qualidade nos aspectos de foco no atendimento do cliente, qualificação de fornecedores, treinamento de pessoal, abordagem por processos e sistêmica para a gestão. A auditoria externa também não encontrou nenhuma não conformidade, tampouco apontou alguma oportunidade de melhoria nos processos adotados pela Fenavist.

O resultado é fruto do trabalho de toda a equipe de colaboradores que, sob as orientações da superintendente, Ana Paula Queiroga, e da coordenadora

administrativa, Luciana Lopes, atuam para manter a excelência nos serviços oferecidos pela Federação. Lopes é quem atua diariamente junto com os colegas de trabalho para garantir que os processos estabelecidos pela norma ISO 9001:2015 sejam mantidos. Ela também é responsável por identificar melhorias que podem ser aplicadas, bem como por esclarecer dúvidas e auxiliar os outros colaboradores no desenvolvimento e na execução dos procedimentos.

SEGS

Ainda no mês de fevereiro, a Fenavist foi uma das entidades ligadas à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) que participaram da webinar de abertura do ciclo de 2021 do Sistema de Excelência em Gestão Sindical (Segs). O Segs auxilia na gerência das entidades com o aperfeiçoamento de práticas de gestão e atuação sindical. O programa desenvolve líderes e executivos sindicais com o objetivo de capacitá-los para a atuação na defesa dos interesses das empresas representadas, e

divide-se em seis eixos: relações sindicais, atuação legislativa, comunicação institucional, atuação gerencial, produtos, serviços e representação.

O webinar reuniu 23 multiplicadores de federações e alinhou as expectativas para as atividades deste ano. A apresentação foi feita pelos colaboradores da Divisão Sindical (DS) João Braga e Mateus Dornelas. Serão três encontros para multiplicadores ao longo do ano, e outros dois sobre plano de ação e sobre lições aprendidas.

Nesse primeiro webinar, houve reforço do papel do multiplicador, na busca de novas soluções com foco na inovação para aplicá-las nos sindicatos; repasse dos pontos do PDCA (Planejar, Fazer, Checar e Agir) e apresentação dos processos de avaliação, planejamento de melhorias pelos planos de ação, com o cronograma e os novos critérios para certificação. O momento também serviu para que novos multiplicadores pudessem entender a dinâmica do ciclo de melhoria do Segs.

Histórico

A Fenavist tem orgulho de ser certificada pela norma ISO. A primeira conquista veio em novembro de 2010, com a Certificação ISO 9001:2008, confirmada em março de 2011. Assim, a Federação passou a integrar o seletor grupo das entidades de classe com o selo. Desde então, a entidade tem sido auditada e recertificada periodicamente.

A conquista da certificação reflete o excelente trabalho desenvolvido pela entidade ao longo dos últimos anos, sempre em busca da profissionalização e do desenvolvimento da atividade.

Todo empenho da Federação em atingir excelência na gestão e execução dos serviços oferecidos aos associados visa assegurar os requisitos aplicáveis, credibilidade, resultados e sustentabilidade, por meio de investimentos constantes na capacitação dos colaboradores, diretores e representados; da utilização de recursos tecnológicos modernos; da valorização dos profissionais da atividade; da participação ativa no cenário nacional e melhoria constante dos processos.

Fenavist lança webcast

Novo projeto da Federação proporciona conversas relevantes com entrevistados especiais

Está disponível nas redes sociais da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), desde o início de março, o “Fenavist Talks”, o webcast da entidade. Semanalmente, são apresentados novos episódios de um bate-papo mais solto, mas não menos recheado de informações importantes, sobre os principais assuntos que influenciam o segmento e o País.

A condução da conversa é feita pelo presidente da Federação, Jeferson Nazário, e pela superintendente da entidade, Ana Paula Queiroga. Os dois se revezam na apresentação dos episódios, que sempre têm um entrevistado de peso.

Perspectivas econômicas para o Brasil em 2021, reforma tributária, Estatuto da Segurança Privada, números da segurança privada, projetos de lei que afetam o segmento, situação das empresas especializadas em segurança em grandes eventos foram alguns dos temas debatidos nos primeiros episódios.

Já participaram do “Fenavist Talks” o presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Lima; o presidente da Associação Brasileira de Profissionais de Segurança (ABSEG), Marco Lopes; a consultora parlamentar Cléria Santos; o consultor empresarial e econômico, Eurípedes Abud; e o Marketing Officer da 9001DIGITAL, Thiago Fonseca.



Os vídeos são lançados todas as segundas-feiras no canal da Fenavist no Youtube (<https://www.youtube.com/channel/UCSufdzfNDI-EO5Lu5Da-D7WA>) e, em seguida, nas outras redes sociais da federação (<https://pt-br.facebook.com/FenavistSeguranca/>; https://www.instagram.com/fenavist_seguranca/; <https://twitter.com/fenavists>).

Nessa primeira temporada, em respeito às normas de segurança sanitária e para garantia da segurança de todos, os bate-papos estão sendo gravados de forma on-line, com entrevistados e entrevistadores em ambientes diferentes. No futuro, quando for possível, a ideia é ter programas presenciais também.

Outra coisa muito importante para que o “Fenavist Talks” possa continuar a se desenvolver é a participação de todos. Não deixem de assistir, de registrar o gostei, compartilhar, comentar, deixar sugestões de temas e entrevistados. Essa interação é fundamental para a evolução do programa.

DEVEMOS TOMAR ALGUMAS DECISÕES, ESSAS ESTÃO ACIMA DA MINHA CAPACIDADE

*Vilson Trevisan – Consultor Econômico da Fenavist



Nota 3 da IN 7 da Secretaria de Logística

Férias – Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável.

O comportamento no contrato:

No segundo ano, o profissional se ausenta para gozo de férias, nesse caso, mesmo afastado ele conta esse período para a futura aquisição de férias e as recebe do provisionamento exercido no primeiro ano de contrato.

O afastamento provoca a contratação de outro profissional para a prestação dos serviços, este recebe a remuneração correspondente ao período. Entretanto, o direito de férias também a ele é devido.

Se não custeadas as férias no segundo ano, o titular vai se ausentar para as férias... Evidentemente que será pago esse período a ele, de onde sairá o valor devido? Não estando provisionado, caracteriza Passivo Trabalhista a Descoberto. E, durante esse período, continua a exercer o direito do próximo período de afastamento integral. O substituto que receberá a remuneração a ele correspondente também terá o mesmo direito a férias.

Acórdãos 3006/2010 e 1286/2017 Tratam do Aviso Prévio Trabalhado.

O percentual mais adequado a este item da planilha é 1,94%, mas que deve ser pago apenas no primeiro ano do contrato, excluído da planilha a partir do segundo ano, uma vez que só haverá uma demissão e uma indenização por empregado. O

cálculo está demonstrado a seguir: $(100\%/30) \times 7/12 = 1,94\%$.

Essa fórmula se traduz no seguinte: Todos os futuros empregados que ainda não foram contratados assumem a responsabilidade de aceitar as condições de transformar as duas horas diárias de redução da jornada por 7 dias de salário.

O direito de aceitar o aviso prévio sem a redução prevista no artigo 488 da CLT é exclusividade do empregado, não do empregador e muito menos de um órgão de fiscalização!

Deve-se respeitar os direitos remuneratórios de forma integral, pois são direitos alimentares (salário).

O prazo do contrato é a questão polêmica introduzida na Lei, "O prazo do contrato é de 12 meses, podendo...". Essa condição só terá valor se o empregador compuser esse teatro, deixando claro que ele exercerá de forma desproporcional a opção do empregado, esse ato pode produzir dano moral se os terceiros não aceitarem.

O técnico que determina os percentuais deve ponderar em estatísticas em sua empresa os percentuais de aviso prévio indenizado e/ou trabalhado, e também levantar as demissões durante a execução contratual, pois essas existem em valores expressivos, haja vista a rotatividade das atividades.

A nosso ver, essas interpretações que buscam reduzir custos em direitos trabalhistas devem ser revistas.

Acórdãos 950/2007 – 210/2013 – 2.807/2007 Proibição da Cobrança de Treinamentos

O teor: 25.3. Importa destacar que o entendimento de que os custos com treinamento de funcionários da contratada estão englobados no conceito de lucro decorre do fato de ser obrigação da empresa fornecer empregados devidamente treinados e aptos para a execução dos serviços contratados. Assim, está no mencionado Acórdão 325/2007.

Outra vez um órgão de fiscalização interpreta equivocadamente as atividades de terceirização de forma contínua. De acordo com a Lei nº 7.102, o vigilante para exercer sua profissão deve ter feito o curso exigido. Entretanto, ao final de 24 meses, ele deve, nesse momento, estar em dia com suas obrigações, tendo já realizado o curso de reciclagem, imposto pela regulamentação da profissão. Torna-se claro que nessa reciclagem alguns custos devem ser estimados em planilhas de composição dos preços: o custo da ausência, que gera reposição, e os custos de transporte, alimentação, hospedagem, e da escola que, além de fornecer o curso, também está obrigada a manter com profissionais psicólogos autônomos os testes de aptidão, cujo teor desses é de difícil grau de complexidade.

Cabe apontar os equívocos desses Acórdãos, primeiro a ingerência em assuntos internos da empresa, recomendando que o lucro deve suportar esses custos, em desconhecimento completo de que eles, por serem pessoais, pertencem ao item insumos, os gastos já comentados, e são remuneratórios pelas substituições, considerados custos diretos, e se distinguem do fundamento que originou o Acórdão em 2007, cujo indicativo foi da Construção Civil, em que os treinamentos dos profissionais são considerados investimento, tanto é que o currículo da empresa se confunde com esses profissionais. Para as atividades terceirizadas, constituem ativos intangíveis que, durante o contrato, são amortizáveis pelo uso.

Acórdão 1.595/2006 Proibição de Cobrança do IRPJ e CSLL

O teor: 9.5.11. exclui dos seus orçamentos parcelas relativas ao IRPJ e à CSLL, bem como orienta as licitantes, em seus editais, que tais tributos não de-

verão ser incluídos no BDI, por constituírem tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contrato, não devendo ser repassados ao ofertado, conforme, inclusive, conclusões do setor jurídico da estatal, mediante o DIP SEJUR/DITRIB 37216/97 e DIP/Jurídico/JFT 4391/03.

Outra vez um órgão de fiscalização interpreta equivocadamente, agora a legislação tributária. O Decreto 9.580-(RIR) Regulamento do Imposto de Renda, em seu artigo 218, trata da tributação constituída pelo Acórdão para o Lucro Real, entretanto não há obrigatoriedade de ser única a forma de tributação, se a empresa não atingir o valor de R\$ 78.000.000,00 (anuais), pode fazer a opção de acordo com o artigo 587 do Regulamento. Nesse caso, o Lucro é estimado ou presumido em 32% do valor da RECEITA BRUTA (faturamento) artigos 591 e 592. Sobre esse resultado aplica-se a alíquota de 15%, que representa 4,8% da fatura. O artigo 225 § Único estabelece que o lucro acima de R\$ 20.000,00 (mensais) terá o adicional do tributo em mais 10%, gerando a alíquota de 3,2% de adicional quando a empresa faturar acima de R\$ 62.500,00 mensais.

Para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Lei nº 7.689/1988 estabelece a alíquota de 9% sobre o Lucro da Pessoa Jurídica. Evidentemente que o Acórdão para empresas com Lucro Real é perfeito, entretanto na variável Lucro Presumido, o Lucro será de 32% sobre a fatura, aplicados 9% de seu custo sobre o faturamento da empresa e mais 2,88%.

Resumindo, as empresas com Lucro Presumido, o Acórdão não pode alcançá-las, pois não haverá lucro suficiente para suprir os dois limites de faturamento: Até R\$ 62.500,00 $> 4,8\% + 2,88\% = 7,68\%$ e, acima disso, $4,8\% + 3,2\% + 2,88\% = 10,88\%$.

E o pior, os gestores estão retirando das empresas do SIMPLES esses dois tributos que nos percentuais cobrados de tributos são distribuídos em PIS/COFINS/IRPJ/CSLL/ISS.

O foco deve ser na vacinação em massa

O consultor empresarial e econômico Euripedes Abud aponta a imunização dos brasileiros como a principal medida para a retomada da economia no País

Os impactos econômicos da pandemia de Covid-19 no Brasil ficaram claros com a divulgação do resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do País em 2020. No ano passado, a economia interna caiu 4,1%. Apesar do número negativo, a equipe econômica comemorou. As primeiras previsões apontavam para uma queda na casa dos 9%. O consultor empresarial e econômico Euripedes Abud diz compreender a reação do governo, mas vê o número com cautela. “Pode até não ser motivo de comemoração, mas é um alívio e permite vislumbrar uma recuperação menos lenta no futuro se as medidas econômicas forem corretamente adotadas daqui para a frente”, afirma Abud.

Para o especialista, as medidas econômicas só terão sucesso com uma estratégia: “O foco deve ser na vacinação em massa. O custo dessa vacinação, ainda que elevado, é infinitamente mais baixo do que o custo que seria despendido pelo governo na extensão indeterminada do pagamento de auxílio emergencial, concessão de subsídios aos salários e amparo às empresas em dificuldade. A expansão fiscal para este suporte somente em 2020 foi de mais de 500 bilhões de reais”, explica.

No entanto, Euripedes Abud destaca a importância de ações em curto prazo. “O Executivo e o Legislativo já estudam reeditar as medidas de suporte conduzidas no ano passado e que, de fato, ajudaram a sociedade civil e a classe empresarial a superar as dificuldades em 2020. Estamos ouvindo falar em corte de salários e de jornada por um período de 4 meses. Metade seria compensada pelo governo e metade pela antecipação do seguro desemprego. Mais detalhes ainda serão divulgados. Fala-se também em postergar o recolhimento do FGTS pelo mesmo período. Mas, em minha opinião, nada supera nesse momento as medidas de vacinação



em massa, que deve ser o foco total do governo, porque esta, sim, permitirá o retorno pleno das atividades.”

Abud ressalta que o futuro exige atenção. “Os próximos dois anos ainda serão difíceis, porque o mundo precisa pagar a conta da pandemia. A Covid se transformará em uma doença endêmica e teremos que conviver com vacinação em massa para a COVID tanto quanto já o fazemos para outras doenças, inclusive a gripe por influenza.”

O consultor se mostra preocupado com a tramitação da reforma tributária no Congresso Nacional. Até o momento, nenhuma das propostas fala em desoneração da folha de pagamento. “Temos que ter em mente que a nossa maior carga tributária, e que é imensa, está na folha de pagamento. E nessa carga, até agora, nenhuma das propostas de reforma está mexendo diretamente. Todas as propostas são para criação de um imposto de valor agregado que substitui os nossos impostos sobre faturamento. E todas aumentam os nossos impostos sobre faturamento. As PEC 45 e 110 acenam com alíquotas de 25% e 28% para substituir os atuais impostos. Não é necessário fazer muita conta para concluir sobre a imensa elevação da carga tributária que teremos. Já o PL do governo substitui apenas parte dos impostos atuais, ou seja, os 3,65% do PIS/Cofins por uma alíquota de 12%. E mantém o ISS como está hoje. Ou seja, elevação de carga tributária na veia.”

E vai além “temos ainda a expectativa de que o governo também acene com uma desoneração da folha com a possível criação de um Imposto sobre Transações Financeiras (ITF). Ainda assim, seria necessário reduzir a alíquota da CBS de 12% para 5,8%, tal como definida para os bancos, senão as contas continuam não fechando para nós. Caso os encargos sobre a folha permaneçam nos patamares atuais, o aumento da carga tributária para a segurança privada é certo e significativo, devendo variar entre 70% e 270%”.

Segurança privada sofre com a paralisação dos eventos em todo o País

Com o fim dos programas de auxílio do governo, empresas não conseguem manter o efetivo

Quinze de março de 2020. Segundo o diretor da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) para Assuntos de Segurança em Eventos e presidente da Associação Brasileira dos Profissionais de Segurança (ABSEG), Marco Lopes, essa foi a data do último grande evento realizado em São Paulo-SP, principal cidade do País. Desde então, as empresas de segurança privada especializadas nesse tipo de serviço têm enfrentado grandes dificuldades.

“Veio o sistema drive-thru para recomeçar alguma coisa. Foi em julho, agosto do ano passado, mas que também não vingou, as pessoas não se adaptaram. Era só aquele momento, enquanto o pessoal não tinha aonde ir, não é? Você até assistiria. Isso uma, duas, três vezes, mas realmente não pegou. Hoje não se tem mais eventos”, conta Marco Lopes.

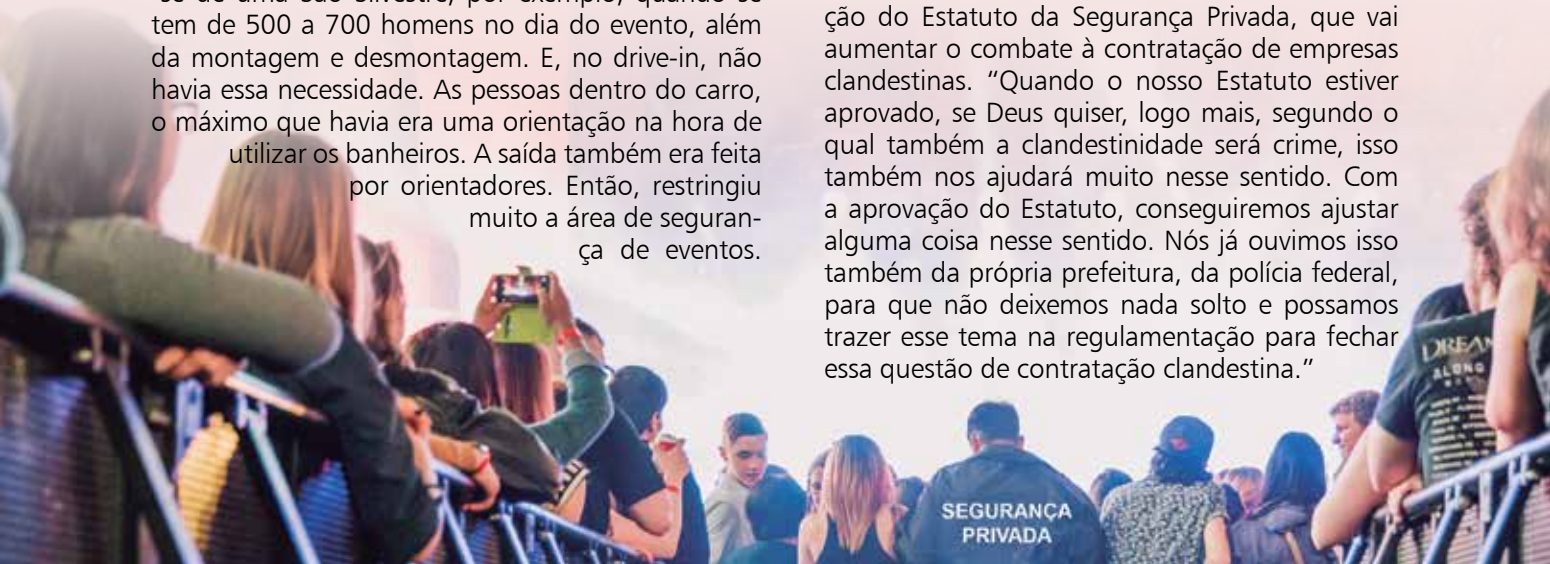
O diretor da Fenavist também explica que a estrutura e o número de vigilantes utilizados em eventos drive-in são bem diferentes dos que se tem em shows tradicionais. “Quando se fala em um evento, fala-se de uma São Silvestre, por exemplo, quando se tem de 500 a 700 homens no dia do evento, além da montagem e desmontagem. E, no drive-in, não havia essa necessidade. As pessoas dentro do carro, o máximo que havia era uma orientação na hora de utilizar os banheiros. A saída também era feita por orientadores. Então, restringiu muito a área de segurança de eventos.

Muito mesmo. Posso dizer que 95% pararam, completamente. Essa é a verdade de quem trabalha com eventos.”

Diante desse cenário, os efeitos econômicos para as empresas foram inevitáveis. “Não conseguimos minimizar as demissões. Enquanto existiu a ajuda do governo, que durou até o final de dezembro, conseguimos manter alguns empregos com aquela ajuda do benefício do afastamento. A partir daí, realmente tivemos que partir para as demissões, milhares, são milhares do mercado de eventos perdidos, incluindo toda a cadeia de produção. Temos conhecimento de empresas do setor de eventos sendo vendidas, fechadas, produtores desenvolvendo outra atividade. O que se tem buscado agora, timidamente, é voltar alguns eventos, mesmo assim com 40% da capacidade, o que não fecha a conta. A primeira coisa que se diminui é o número de vigilantes. A casa e o tamanho são os mesmos, porém só se pode colocar 40% da clientela”, argumenta Lopes.

Em relação ao futuro, o diretor da Fenavist acredita que a situação só começará a melhorar quando a maior parte da população estiver vacinada. “Nós acreditamos que, a partir de setembro, outubro, que é uma previsão de vacinação de 70%, vacinação de rebanho que eles chamam, conseguiremos alguma retomada de eventos. Então esperamos que a partir de outubro comece uma evolução bem tímida. Mas, a grande ficará mesmo é para o ano que vem. Estamos com a São Silvestre marcada para o dia 11 de julho, mas não sabemos ainda se ela acontecerá de fato.”

Uma outra aposta de Marco Lopes é a aprovação do Estatuto da Segurança Privada, que vai aumentar o combate à contratação de empresas clandestinas. “Quando o nosso Estatuto estiver aprovado, se Deus quiser, logo mais, segundo o qual também a clandestinidade será crime, isso também nos ajudará muito nesse sentido. Com a aprovação do Estatuto, conseguiremos ajustar alguma coisa nesse sentido. Nós já ouvimos isso também da própria prefeitura, da polícia federal, para que não deixemos nada solto e possamos trazer esse tema na regulamentação para fechar essa questão de contratação clandestina.”





Diante do cenário econômico provocado pela pandemia da Covid-19, o INASEP pode se tornar um grande parceiro das empresas

O Instituto Nacional da Segurança Privada oferece produtos e serviços com preços especiais que podem ajudar a reduzir os custos operacionais

O ano de 2021 começou sob o forte impacto dos resultados da economia brasileira em 2020. Diante dos efeitos da pandemia de Covid-19, as empresas nacionais enfrentaram um ano terrível. A queda no Produto Interno Bruto (PIB) ficou em -4,1%. No setor de serviços a situação mostrou-se ainda pior, com o encolhimento do PIB em -4,5%. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia, revelam que o setor de serviços foi o único a fechar o ano com redução no número de trabalhadores. Ao longo de 2020, teve 132.584 vagas formais fechadas.

O novo ciclo de 12 meses, iniciado em janeiro, infelizmente, não apresenta perspectivas melhores em curto prazo. O agravamento da pandemia fez com que, nos quatro primeiros meses do ano, o número de mortes em 2021 superasse o de 2020, aliado ao fato de, até o final de abril, o governo federal não ter retomado os programas de auxílio às empresas encerrados em dezembro, e, com isso a situação chegou ao limite, tornando-se praticamente insustentável.

Neste cenário, as empresas de segurança privada precisam atuar para mitigar os riscos, diminuir prejuízos e ainda conseguir criar liquidez. Uma ferramenta que pode ser muito importante nesse processo é o Instituto Nacional da Segurança Privada (INASEP). Ele atua para unir, auxiliar e beneficiar, direta ou indiretamente, estratégias que promovem o engrandecimento e desenvolvimento institucional, econômico, social, cultural, educacional, sindical e político das empresas de segurança privada, de segurança eletrônica e de transporte de valores.

Além disso, favorece o segmento com a união das forças dos membros, como unidade robusta e solidária. O Instituto estabelece parcerias com fornecedores de bens e serviços, que propiciam boas condições aos sindicatos patronais de vigilância e às empresas vinculadas, mediante atendimento diferenciado.

Atualmente, o INASEP trabalha com 26 parceiros, que oferecem produtos e serviços de consultoria, advocacia, tecnologia, seguros, empréstimo consignado, vale-alimentação, uniformes, marketing, além de cursos, entre outros. E o melhor de tudo, com preços muito mais acessíveis do que os praticados pelo mercado, isso porque o Instituto trabalha com um conceito que parece simples, mas que faz toda diferença.

Em parceria com a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), o INASEP atende a cerca de 2.500 empresas autorizadas em todo o Brasil. Essas companhias geram 600 mil empregos diretos. Esses números mostram a força da atividade e permitem a obtenção de condições exclusivas para empresas e sindicatos.

Outra vantagem é que o Instituto é inclusivo. Não existem diferenças. Empresas de qualquer porte, com qualquer número de funcionários, têm acesso aos benefícios disponibilizados pelos parceiros. A ideia é fortalecer todo o setor. Só há empresas fortes em segmentos desenvolvidos.

Neste momento de crise, aderir às parcerias do INASEP pode significar uma redução significativa nos gastos administrativos e ser fundamental para garantir a liquidez da sua empresa. Para saber mais, acesse <http://fenavist.org.br/negocios/> ou entre em contato pelo e-mail inasep@inasep.org.br

SEGURO DE VIDA

SEGURO VIGILANTE

SEGURO RESPONSABILIDADE CIVIL

SEGURO GARANTIA JUDICIAL

PLANO DE SAÚDE E ODONTOLÓGICO

SEGURO GARANTIA

TUDO NA VUIT.



representante exclusiva



parceira

VUIT

VUIT.COM.BR

41 2101 1785
41 98405 1860

O QUE ESPERAR PARA 2021!

* Cléria Santos, economista e consultora parlamentar da Fenavist

Apesar das expectativas positivas de retomada da economia brasileira no pós-pandemia, nos primeiros meses deste ano, o que se viu foi o recrudescimento da pandemia da Covid-19 que fez com que o País tivesse que revisar todos os índices de crescimento da economia e ainda se voltar completamente para conter a crise sanitária e enfrentar o pior momento da pandemia do novo coronavírus.

Com a nova e mais grave onda da pandemia assolando nosso País, todos os esforços estão voltados para as medidas saneadoras nas áreas da saúde e da economia, na busca de conter a falência de empresas e o aumento do índice de desemprego. O primeiro passo, unindo forças do governo federal e do Congresso Nacional, foi aprovar a Proposta de Emenda Constitucional, intitulada PEC Emergencial, que, além de pavimentar a volta do pagamento do auxílio emergencial, trouxe dispositivos para evitar o descontrole das contas públicas. Em seguida, o governo editou a Medida Provisória 1039/21, também já aprovada pelo Congresso Nacional, instituindo o novo auxílio emergencial, que será pago nos próximos quatro meses, em parcelas com valores entre R\$ 150 e R\$ 375 a pessoas mais vulneráveis.

Neste segundo momento, após a aprovação do Orçamento da União, o ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou que o governo deve reeditar medidas para conter a crise gerada pela



nova onda da covid-19, como o programa de suspensão de contratos e de redução de jornada em troca da manutenção do emprego e ainda o relançamento de linhas do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Segundo o Ministério da Economia, o programa de manutenção do emprego possibilitou a suspensão do contrato de trabalho e a redução de jornada, com pagamento de uma complementação por parte do governo, e ajudou a evitar a perda de vagas em 2020.

De acordo com dados oficiais, 9,84 milhões de trabalhadores tiveram jornada reduzida ou contrato de trabalho suspenso no último ano. O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, o BEm, decorrente da Medida Provisória 936/20, aprovada pelo Congresso Nacional em 2020, impediu que os empresários demitissem em massa sob o grande impacto da paralisação das atividades em todos os setores, notadamente no comércio e serviços.

As duras medidas restritivas e de lockdown adotadas pela maioria dos estados e municípios brasileiros e o atraso no cronograma do Programa Nacional de Vacinação no Brasil devem comprometer qualquer previsão de crescimento neste primeiro semestre. O Congresso Nacional, por sua

“A luz no fim do túnel, a esperança para a superação da pandemia, passa pela imunização rápida da população, tanto para recuperar a economia, como para frear o caos do sistema de saúde e avanço do número de óbitos no País.”

parte, procura votar, ainda pelo sistema remoto, medidas que amenizem o impacto da grave crise tanto na área econômica como na social.

Recentemente o Senado concluiu a votação da mudança da Lei de Licitações, já sancionada pelo presidente da República. Quanto à Reforma Tributária, esta foi retirada da pauta prioritária e caminha a passos lentos no Congresso e, segundo o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira, o Congresso fará uma “reforma tributária possível, não a ótima”. Para ele, há um consenso sobre a necessidade de reformulação, embora existam opiniões divergentes sobre a melhor forma de fazer essa mudança entre os diversos setores da economia. Ainda segundo o presidente, a reforma deve buscar um mínimo de convergência para a simplificação e a desburocratização. Nesse contexto, o setor de serviços de mão de obra continuada apoia a Emenda Substitutiva Global nº 144, apresentada pelo senador Major Olímpio, conhecida como “Simplifica Já”. Também a Reforma Administrativa, considerada medida urgente e necessária pela equipe econômica, para buscar o equilíbrio fiscal e melhorar o desempenho econômico do País, não avança na Câmara dos Deputados.

A luz no fim do túnel, a esperança para a superação da pandemia, passa pela imunização rápida da população, tanto para recuperar a economia, como para frear o caos do sistema de saúde e avanço do número de óbitos no País. Alguns países como a Nova Zelândia, Austrália, Coreia do Sul, que adotaram medidas rígidas no enfrentamento da pandemia, e outros que, mais recentemente, já vacinaram grande parte de sua população, como Israel, Reino Unido, Portugal, Estados Unidos e outros, já vislumbram uma retomada da economia.

Sem dúvida, o Brasil tem pressa na vacinação e o Congresso neste momento atua para facilitar a compra de vacinas pelo setor privado. O projeto de lei, já aprovado na Câmara, que permite a aquisição de vacinas por empresas privadas, especificamente para a imunização de seus empregados segue para o Senado, pode ser rapidamente aprovado.

Em meio a este cenário, difícil para todos os segmentos da economia, o setor da segurança privada, complementar ao da segurança pública e atividade essencial para o funcionamento de todas as áreas da economia – comércio, indústria, instituições financeiras, instituições públicas –, trabalha incessantemente para a aprovação do Estatuto da Segurança Privada, fundamental para a manutenção e criação de novos empregos, neste momento em que o País mais precisa para a retomada da sua economia no pós-pandemia.

Após a perda irreparável do senador Major Olímpio, mais uma vítima da pandemia, que sempre defendeu a nova legislação para dar mais segurança jurídica ao setor da segurança privada, a Fenavist se empenha para sensibilizar e conscientizar os senadores da importância e premência da aprovação da nova lei para o enfrentamento dos grandes desafios impostos pela pandemia para o setor da segurança privada e para todos os setores produtivos do País.

Fenavist intensifica trabalho no Congresso Nacional para aprovação de Projetos que regularizam o pagamento de dívidas

Federação trabalha pela votação de propostas e medidas que atenuem os

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) iniciou o ano de 2021 com um trabalho intenso no Congresso Nacional. O presidente da entidade, Jeferson Nazário, e os diretores da Federação têm se empenhado diretamente nas negociações. Nesse sentido, ao longo do mês de março, a Fenavist se reuniu com deputados e senadores para viabilizar a aprovação de projetos que viabilizem o pagamento de dívidas. Nas conversas, foram abordados o parcelamento de débitos tributários com aproveitamento de crédito de prejuízos fiscais e o parcelamento de débitos trabalhistas transitados em julgado.

“Mesmo sendo considerada atividade essencial, a segurança privada não escapou das consequências econômicas da pandemia. Com a diminuição da atividade econômica, houve queda na demanda dos serviços. Por isso, precisamos buscar formas de abrandar os efeitos da crise, para que as nossas empresas consigam chegar vivas ao final da travessia. Todas as medidas que defendemos têm o foco na sobrevivência das empresas e na manutenção dos empregos. Não estamos pleiteando nenhum privilégio ou exceção”, explica o presidente da Fenavist, Jeferson Nazário.

No dia 17 de março, o vice-presidente nacional da Fenavist e presidente da Associação Brasileira das Empresa de Vigilância (Abrevis), José Jacobson Neto, em conjunto com outras entidades de classe, participou de reunião com o líder do Governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), relator do PL nº 4.728, que reabre o prazo de adesão ao programa especial de regularização tributária.

Na ocasião, as entidades reafirmaram as graves dificuldades enfrentadas pelas empresas, como a falta de recursos para honrar compromissos já as-



Foto: Roque de Sá - Agência Senado

sumidos, além do aumento do desemprego, o que inviabiliza qualquer investimento futuro. Por isso, os participantes defenderam agilidade na abertura de parcelamentos tributários com aproveitamento de crédito de prejuízo fiscal e base de cálculo negativo da CSLL. Também foi enfatizada a necessidade de autorização para parcelamento de ações trabalhistas transitadas em julgado.

Diante do exposto, o senador Fernando Bezerra se mostrou simpático aos pleitos e afirmou que analisará as demandas. Segundo ele, as questões levantadas vão ao encontro da manutenção do emprego e da viabilidade financeira das empresas.

Ainda no início de março, o vice-presidente da Fenavist já havia se reunido com outras entidades representativas do setor de serviços e parlamentares para discutir dois temas fundamentais neste momento de crise enfrentado pelo Brasil: o Programa de Regularização de Dívidas com a União (PREX-Brasil) e o Parcelamento dos débitos da Justiça do Trabalho. As medidas foram debatidas em duas reuniões virtuais com o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), líder do PSDB no Senado, e outros parlamentares.

Na conversa, foram abordados o parcelamento de débitos tributários com aproveitamento de crédito de prejuízos fiscais e o parcelamento de débitos trabalhistas transitados em julgado. O foco principal foram o Projeto de Lei 4728/20 (PREX-Brasil), do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco; e os PL's 4552/20, do senador Chico Rodrigues (DEM-RR); e 2863/20 (Parcelamento Trabalhista), do deputado Laércio Oliveira (PP-SE). O senador Izalci se mostrou favorável aos pleitos, inclusive se prontificou a auxiliar as entidades no encaminhamento das proposições.

Proposta que prevê transferir para a PM a responsabilidade de autorizar e fiscalizar a segurança privada não é motivo de preocupação, afirma consultora parlamentar da Fenavist

Mudança pode ser sugerida em texto substitutivo ao Projeto de Lei 4363/2001

No início do ano, ganhou destaque no noticiário nacional uma série de mudanças que poderiam ser feitas no texto do Projeto de Lei 4363/2001 da Câmara dos Deputados, que visa “Estabelecer normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios, e dá outras providências”. As alterações viriam por meio de um substitutivo, que seria apresentado pelo deputado Capitão Augusto (PL-SP). A principal polêmica evidente naquele momento era uma suposta tentativa de diminuir o poder dos estados sobre a Polícia Militar.

Com o passar dos dias, o Jornal “Estadão” publicou a matéria Projeto tira a regulação da segurança privada da Polícia Federal, que apontava a possibilidade da transferência para a Polícia Militar da responsabilidade de autorizar e fiscalizar a segurança privada. O tema foi repercutido por outros veículos de comunicação. Diante da situação, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) esclarece em nota divulgada que o objetivo da proposta apresentada, em 2001, pelo Poder Executivo não trata de “segurança privada” em nenhum dos dispositivos, mas de questões da Administração Pública, conforme determina a Constituição Federal”.

A Fenavist teve acesso a uma das supostas versões do substitutivo ao Projeto, encaminhado, em julho de 2020, a entidades ligadas à Polícia Militar. No texto, foi inserido o inciso XIII ao Art. 3º, que inclui como competência das Polícias Militares a atribuição de “credenciar e fiscalizar empresas de segurança privada, os serviços de guarda de quartelão ou similares, e as escolas de formação, ressalvada a competência da União e atendidos os termos da legislação específica do ente federativo”.

A consultora parlamentar da Fenavist, Cléria Santos, explica que essa proposta é totalmente ilegal. “Uma proposta flagrantemente inconstitucional e injurídica, que não passa nem pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, muito menos pelo Plenário ou pelo Senado Federal. Seria uma invasão de competência. A segurança privada tem uma Lei Federal que a regulamenta, a Lei nº 7.102/83, em revisão no Congresso Nacional por meio do Estatuto da Segurança Privada. Além de manter a segurança privada sob responsabilidade da Polícia Federal, o Estatuto também aumenta o poder de fiscalização da PF.”

Cléria Santos também esclarece que o substitutivo não foi apresentado formalmente até porque o projeto ainda não foi analisado. Desde 2001, o PL 4363 permaneceu parado na Câmara dos Deputados sem avançar na tramitação. Apenas em 2019, o então presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, determinou a criação de Comissão Especial para analisar a proposta. A Comissão não foi instalada no decorrer daquele ano, nem em 2020. Portanto, não ficou definido formalmente o relator da proposta.

A consultora parlamentar da Fenavist afirma ainda que a entidade acompanha a movimentação de perto e faz questão de deixar uma mensagem de tranquilidade: “Isso não é motivo de preocupação para a segurança privada. Esse projeto ainda começará a andar. Já conversamos com diversos parlamentares, que nos asseguraram que ele é ilegal e inconstitucional e não passará”.



Segurança Privada de Luto

“Senador da Segurança Privada”, Major Olimpio deixa um legado de luta e respeito pelo segmento

O anúncio da morte do senador Major Olimpio (PSL-SP), na tarde do dia 18 de março, instantaneamente, aumentou a tristeza que acomete todo o País com as mais de 400 mil vidas perdidas para a Covid-19. Infelizmente, o parlamentar foi mais uma das vítimas, mas não sem antes lutar bravamente, com todas as forças, pela vida. O senador, de 58 anos, havia informado no dia 2 de março ter sido diagnosticado com a doença. Três dias depois, foi internado na UTI. Infelizmente, não resistiu ao vírus. Nos últimos meses, Major Olimpio fez várias declarações a favor da vacinação como única forma de acabar com a doença. O parlamentar deixa esposa e filhos e milhares de admiradores.

Para a segurança privada o sentimento foi de uma perda irreparável. Um amigo do setor e um grande companheiro de batalhas. Major Olimpio adotou o segmento e sempre deixou clara a importância do setor da segurança privada para o Brasil. Fazia questão de se denominar o “Senador da Segurança Privada”, uma forma de manifestar o amor e respeito pela categoria. Imediatamente, o presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jeferson Nazário, divulgou uma nota de pesar em nome de todo o segmento. No texto, a entidade decretou luto de três dias, lamentando profunda-

mente o falecimento de Major Olimpio e se solidarizou com familiares, amigos e os nove milhões de paulistas que o elegeram senador, em 2018.

“Amigo, companheiro, lutador e apaixonado pelo Brasil, o parlamentar nunca se furtou de trabalhar pelo desenvolvimento do País. Com determinação e garra, escolheu a segurança privada como sua casa, desde que se elegeu deputado estadual, em 2007. Travou batalhas em prol da atividade na Assembleia Legislativa de São Paulo e na Câmara dos Deputados até chegar ao Senado”, explica o presidente da Fenavist, Jeferson Nazário.

O presidente da Federação lembrou ainda o papel fundamental do senador na luta pela aprovação do Estatuto da Segurança Privada. “No Congresso Nacional, se tornou um entusiasta do Estatuto. Fez tudo o que estava ao seu alcance para aprovar a matéria. Infelizmente, por uma tragédia, não poderá comemorar essa conquista conosco, quando ela vier. Mas, quando esse dia chegar, não nos esqueceremos dele.”

Major Olimpio também lutou pela inclusão dos profissionais da segurança privada na adoção de medidas para a preservação da vida de todos eles, considerados essenciais durante a pandemia. Nos últimos tempos atuava ao lado do segmento na Reforma Tributária, para evitar que o setor de serviços não fosse prejudicado.



Major Olimpio é homenageado com o Prêmio Benemérito da Segurança Privada Nacional

Para Sempre um Benemérito da Segurança Privada

Em 2015, então deputado federal, Major Olimpio foi homenageado com o Prêmio Benemérito da Segurança Nacional na Categoria Representante Parlamentar, um motivo de orgulho para ele, estampado pela felicidade no rosto, ao receber a homenagem, mas uma honra muito maior para a Fenavist, os sindicatos e todo o segmento, que puderam expressar o agradecimento e o respeito ao “Senador da Segurança Privada”.

A entrega do Prêmio Benemérito naquele momento oficializou algo de que todos já tinham certeza, Major Olimpio era alguém que cuidava da segurança privada e lutava por ela. O prêmio é em reconhecimento de pessoas que contribuem para o desenvolvimento do setor e, sem sombra de dúvidas, ele será sempre lembrado como um benemérito para o setor.

Estatuto da Segurança Privada

Ainda como deputado estadual de primeiro mandato (2007-2010) e depois reeleito (2011-2014), Major Olímpio, egresso da Polícia Militar de São Paulo, com uma vida dedicada à segurança pública, já mostrava ser um conhecedor da importância da segurança privada. Nesse período, houve uma aproximação imediata com o segmento e o início de uma parceria sempre voltada para o desenvolvimento da atividade e a melhoria do bem-estar da sociedade.

Em 2015, assumiu como deputado federal. Sua perseverança e dedicação ao longo do seu mandato foram fundamentais para a aprovação do Estatuto da Segurança Privada, no final de 2016, na Câmara dos Deputados.

Em 2019, mais um salto. Major Olimpio chegou ao Senado Federal. Lá, novamente, elencou o Estatuto da Segurança Privada como sua prioridade e trabalhou incessantemente pela sua aprovação até o início deste ano. Não houve um dia sequer que não lutasse por isso. Infelizmente, não poderá comemorar essa

conquista, quando ela vier, ao lado do segmento. Mas não será esquecido. Todos somos gratos pela sua luta.

No dia 25 de março, o presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores, Jeferson Nazário, e o diretor do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP) e presidente Associação Brasileira de Profissionais de Segurança (ABSEG), Marco Antônio Lopes, se reuniram com o senador Ciro Nogueira (PP-PI) para pedir apoio à aprovação imediata do Estatuto da Segurança Privada. Entre os argumentos, citaram o fato de que a aprovação do Estatuto seria uma forma de homenagear o senador, que tanto se empenhou para que fosse aprovado.

A defesa do Estatuto não era a única ação do senador em prol da segurança privada. Defensor do setor de serviços, ele estava empenhado em evitar que as empresas que desenvolvem esse tipo de atividade fossem prejudicadas. É dele a emenda à Reforma Tributária, conhecida como “Simplifica Já”, e que se tornou um grande movimento. O texto formulado pelo Major Olimpio propõe uma desoneração da folha por meio da proposta da Associação Brasileira de Advocacia Tributária (ABAT), que estabelece alíquotas de 11%, 13% e 15%, variando de acordo com a média salarial paga e o número de empregados da empresa. Por esse critério, o segmento ficaria com uma alíquota entre 13% e 15%. Além dessa desoneração da ABAT, os profissionais da ANAFISCO, que também auxiliaram na emenda, sugerem criar uma contribuição denominada CVA de 4% e unificar o ISS com uma alíquota nacional de 3,5%.



O senador da Segurança Privada



Um exemplo de Vida

Nascido em 1962, em Presidente Venceslau (SP), Sérgio Olímpio Gomes ingressou na Academia de Polícia Militar do Barro Branco em 1978. Exerceu funções na Polícia Militar de São Paulo até 2007, quando iniciou o primeiro mandato como deputado estadual. Reeleito, ocupou uma vaga na Assembleia de São Paulo até 2015, quando tomou posse como deputado federal. Nas eleições de 2018 foi eleito senador, com a expressiva marca de 9 milhões de votos, o mais votado do País. Tomou posse no cargo em 2019. A principal pauta ao longo de seus mandatos foi a segurança pública. O senador era a favor de penas mais duras para criminosos e da ampliação do acesso a armas para os cidadãos.

Candidato à Presidência do Senado no início de 2021, ele defendeu a criação da Comissão de Segurança Pública, que veio a ser constituída no dia 10 de março, sem o voto do senador, que já estava hospitalizado. Seu último pronunciamento foi feito no dia 3 de março. Mesmo do leito do hospital, ele participou da sessão que discutia a PEC Emergencial e defendeu os direitos dos servidores públicos. Manifestou-se ainda contra os dispositivos sobre o congelamento de salários dos servidores.

Além de policial e político, Major Olímpio era bacharel em ciências jurídicas e sociais, jornalista, professor de educação física, técnico em defesa pessoal e instrutor de tiro. Também foi autor de livros como: *Reaja! Prepare-se para o Confronto – Técnica Israelense de Combate*, de 1997, e *Insegurança Pública e Privada*, lançado em 2002.

Mais que um político

“Ele era uma pessoa extremamente dócil”, assim a repórter da Rádio Senado, Hérica Christian, definiu o senador Major Olímpio, em entrevista para o veículo de comunicação em que trabalha. Ele explica que

muitas pessoas podiam ter uma visão dele equivocada, já que, dentro do plenário, das comissões ou de qualquer debate de que participava, o parlamentar era combativo, duro nas palavras. Mas fora desse cenário, “era muito humano, não só aquela pessoa brava que aparecia nos debates”.

Na entrevista em que traçou um perfil do parlamentar, já que convivia com ele na cobertura diária do Senado, Hérica ressaltou uma característica marcante do senador. “Era aquele parlamentar que não passava despercebido, todo mundo sabia que o senador Major Olímpio estava na área pelo tamanho dele. Ele sempre estava correndo. Ele teve como característica estar em todos os debates. Então, saía de uma reunião para a outra, participava de todas as sessões do plenário.” Segundo a jornalista, o jeito mais agitado deixava as pessoas um pouco assustadas no começo, porque os senadores têm um perfil mais calmo, mais tranquilo e o Major Olímpio sempre teve muita energia.

Outra característica marcante do parlamentar era ser estudioso. Ele se preparava sobre qualquer assunto que iria debater. Hérica Christian contou também que o senador sempre foi muito cortês com a imprensa e respeitou o trabalho dos jornalistas. Da mesma forma, ser fiel às causas que defendia era o que o movia como político. Major Olímpio transitava bem entre senadores de todos os partidos, não tendo proble-



ma de votar com legendas de oposição quando essas defendiam causas em que ele acreditava e as quais apoiava. “O Major Olímpio estava sempre sorrindo.”

Homenagens

Muito querido no meio político, assim que a morte do senador Major Olímpio foi confirmada, uma série de homenagens ao parlamentar se iniciaram. O Senado decretou luto de 24 horas. Em nota, o presidente da Casa e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse: “Lamento a notícia devastadora sobre o falecimento, nesta tarde (18), do senador Major Olímpio, mais uma vítima da covid-19. Conheci Olímpio na Câmara dos Deputados, quando exercemos mandatos de deputados federais na legislatura passada. Entramos juntos no Senado Federal em 2019, ele de São Paulo e eu de Minas. Brincávamos nos corredores da Casa sobre a política do café-com-leite, momento da história do nosso País vivido em nossos estados. Pensávamos diferente sobre diversas questões, mas nos gostávamos e respeitávamos um ao outro. No dia de hoje perdemos todos. Perdemos um companheiro de trabalho, perdemos um trabalhador, perdemos um amigo. Perdemos mais um brasileiro”.

No twitter, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, também se manifestou. “Com pesar, solidarizo-me com a família e os amigos do nosso senador Major Olímpio, enviando-lhes minhas condolências. Força e fé.”

Para homenagear Major Olímpio, os deputados federais fizeram um minuto de silêncio. Antes de se tornar senador, o parlamentar foi deputado federal entre 2015 e 2018. A homenagem foi solicitada pelo coronel Tadeu (PSL-SP), que era parceiro do político. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e vários deputados lamentaram a morte do senador e se solidarizaram com a sua família. “É com profundo pesar que recebo a notícia do falecimento do senador Major Olímpio na tarde desta quinta-feira, dia 18 de março de 2021. Meus sinceros sentimentos aos familiares e amigos”, afirmou Lira.

Diversos outros parlamentares prestaram-lhe homenagem. Em nota, o ex-presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), destacou que Major Olímpio foi um “político combativo, honesto e firme”. No twitter, Paulo Rocha (PT-PA) declarou: “Nossos sentimentos aos familiares e amigos do senador Major

Olímpio, mais uma vítima do covid-19”. Sérgio Petecão (PSD-AC) afirmou que “perdemos um grande guerreiro”, além de ressaltar que o colega era um homem de coragem e de muitos sonhos.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), ressaltou que “perdemos um grande companheiro e um grande brasileiro, que serviu com honradez o seu querido estado de São Paulo”. Também nas redes sociais, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou: “Meu amigo, vamos continuar a luta por aqui. Que sua passagem seja confortável. É um dia de tristeza a todos que conviveram com você dentro e fora do Senado Federal”.

Para a senadora Kátia Abreu (PP-TO), Major Olímpio era “um valente com coração de menino” que fará muita falta. Colega de partido de Major Olímpio, Soraya Thronicke (PSL-MS) disse que perdeu um amigo, um irmão e um exemplo de retidão. “Calaram uma voz como poucas. Vá com Deus”, publicou a senadora. Líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO) disse que perdeu “um querido amigo, com quem dividia o mandato, e que, apesar das divergências, sempre pautava os nossos debates pelo respeito”. De acordo com Álvaro Dias (Podemos-PR), Major Olímpio foi “sempre guerreiro, sempre corajoso, sempre presente pelo Brasil, fará muita falta”. Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou que, “atrás daquele vozeirão, havia um homem incrivelmente bom”, que lutou com integridade e firmeza por seus ideais.

Todo o setor da segurança privada lamenta profundamente a precoce morte do senador Major Olímpio. Perdemos um aliado e um combativo político brasileiro, leal aos seus princípios, ético e corajoso. Mais um cidadão brasileiro que teve a sua vida ceifada pela covid-19, como tantas outras.

Perde o Brasil!



Faça uma
revisão
tributária
na sua
folha de
pagamento.



Você sabia?

- Existem vários eventos na folha de pagamento que podem ser recuperados, em sua grande maioria, administrativamente.
- Grande parte das empresas desconhece o que pode ser recuperado, porque o levantamento manual é complexo.

Nossa equipe de especialistas utiliza uma Metodologia Inovadora e um Software específico, assim conseguimos fazer tudo isso para sua empresa de maneira Segura e Eficaz.

* Fazemos este estudo totalmente sem custos.

O QUE ESTÁ ESPERANDO?
Entre em contato.



PF confirma entendimento de que as escolas de formação fazem parte dos serviços essenciais

“Verifica-se até o agora que, em momento algum, houve a determinação para fechamento dos cursos de formação, os quais, diversamente de algumas interpretações equivocadas, não se enquadram no conceito de escolas públicas ou particulares!”, afirma parecer da CGCSP/PF

Em resposta a uma consulta feita pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), a Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal (CGCSP/PF) reforçou o entendimento de que os cursos de formação fazem parte dos serviços considerados essenciais, assim como todas as atividades da segurança privada.

No texto, a CGCSP afirma que “convém destacar que os efeitos da Portaria 15725287 afetam todas as atividades de segurança privada, quais sejam: vigilância patrimonial, transporte de valores, escolta armada, segurança pessoal e curso de formação”. E vai além, “Conforme já tivemos oportunidade de nos manifestar anteriormente, por força da legislação em vigor, os cursos de formação são considerados espécies de atividades de segurança privada, ao lado das demais mencionadas no parágrafo anterior, devendo receber igual tratamento jurídico”.

E completa: “inegável que o curso de formação profissional em segurança privada deverá receber igual tratamento jurídico, ou seja, se a empresa de transporte de valores está funcionando normalmente (mesmo com algumas restrições impostas) por ser considerada uma atividade essencial, constituindo exceção as limitações impostas em um normativo local, o curso de formação também o será”.

O parecer assinado pelo delegado chefe da Divisão de Estudos, Legislação e Pareceres (DELP/CGCSP/DIREX/PF), Rodrigo Perin Nardi, também argumenta que “Ademais, analisando-se de forma aleatória e por amostragem alguns decretos expedidos em diversos estados e no Distrito Federal, verifica-se até agora que, em momento algum, houve a determinação para fechamento dos cursos de formação, os quais, diversamente de algumas interpretações equivocadas, não se enquadram no conceito de escolas públicas ou particulares!”.

A íntegra do parecer pode ser acessada em:

<http://fenavist.org.br/wp-content/uploads/2021/03/PARECER-POLICIA-FEDERAL-CURSOS-DE-FORMACAO.pdf>



NOVOS TEMPOS EXIGEM MUDANÇAS

* Jerfferson Simões – Presidente da World Security Federation (WSF) e Flávio Paim – Consultor e parceiro da World Security Federation (WSF)

É inquestionável que a sociedade tem sofrido profundas mudanças e, por consequência, novos desafios, mas que podem resultar em grandes oportunidades ao mundo empresarial, o que inclui a segurança privada.

Segundo Willigm Bridges, não são as mudanças que matam; é a transição. Assim, manter empresas “vivas” e/ou, até mesmo, mais fortalecidas nesse período de transição exige grandes estratégias para resultados.

Sandro Magaldi e José Salibe Neto, em sua obra *Gestão do Amanhã*, afirmam que Qualquer companhia desenhada para ter sucesso no século XX está destinada a fracassar no século XXI, isso porque a reinvenção tornou-se não apenas necessária, mas indispensável.

A reinvenção constante aparenta um ponto sem volta. Não havendo adaptações a mudanças, empresas sofrem o risco de não resistirem à forte crise e/ou perderão para a competitividade. Mas, se houver adaptações, ações e inovações, o mercado pode contar com grandes oportunidades.

Assistimos a uma revolução silenciosa: marcos regulatórios no Brasil e no mundo têm aberto novos caminhos e horizontes, novas tecnologias e startups com foco em gerar serviços mais acessíveis e sustentáveis, nova cultura corporativa tem sido instalada.

Nesse contexto, os líderes de negócios e suas empresas podem responder aos desafios de três maneiras distintas: negativa, neutra e positiva. Cada um desses modos de interação proporciona aos profissionais e aos negócios resultados diferentes: extinção, estagnação e desenvolvimento, respectivamente.



A figura a seguir ilustra o tipo de comportamento empresarial e as consequências esperadas a partir de cada modo de interação e comportamento.

Os modos de interação e comportamentos foram descritos pelo professor Paulo Vasconcellos na obra *Planejamento Estratégico*, publicada inicialmente em 1979. Vejamos:

Modo de interação com o ambiente		
Modo de interação	Comportamento	Consequências
Negativo (dinossauro)	- Não reigente - Não adaptativo - Não inovativo	Sobrevivência de curto prazo <extinção>
Neutro (camaleão)	- Reigente - Adaptativo	Sobrevivência de longo prazo <estagnação>
Positivo (homo sapiens)	- Reigente - Adaptativo - Inovativo	Sobrevivência de longo prazo <desenvolvimento>

Figura 1: Graus de interação com o ambiente. Fonte: Paulo Vasconcellos, 1979. Adaptado pelo autor

De uma forma prática, as empresas e os negócios estarão inseridos em um desses três grupos:

O primeiro grupo é formado por aqueles negócios que observam e observarão as mudanças de mercado sem reação, sem adaptação e sem inovação. Esses terão extrema dificuldade em sobreviver. São como os dinossauros à beira da extinção, vendo o mundo mudar após o impacto de um meteoro. É possível que esses dinossauros gritem e resmunguem bastante ou mesmo julguem que nada irá mudar no mundo.

O segundo grupo é, provavelmente, o mais povoado. É o mundo dos empreendedores e das empresas do tipo camaleão, que se adaptam às novas circunstâncias, que reagem ao que está acontecendo, porém inovam pouco. São empresas e empreendedores que

se comportam como seguidores dos líderes de mercado, sobreviverão aos desafios, mas sempre com forte risco de estagnação.

Já o terceiro grupo, o dos positivos, é formado por aquelas empresas e profissionais que se adaptam às mudanças, reagem aos desafios e inovam. O homem (*Homo sapiens*) representa esse segmento justamente pela capacidade humana de superar adversidades, criar alternativas e possibilidades. Os negócios situados nesse segmento são aqueles que fazem e farão a diferença no mercado, por meio de inovações radicais e incrementais. A consequência esperada para os integrantes desse grupo é o desenvolvimento e a liderança do mercado. É aqui que estão aqueles que ditam as regras do jogo e, conseqüentemente, são copiados pelas empresas tipo camaleão.

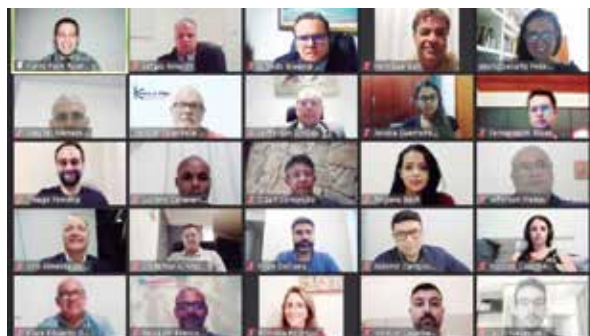
Como cada modo de interação e comportamento leva a uma consequência distinta, cabe a cada empresa e empreendedor definir em que cenário o seu negócio pretende estar. Porém, não basta simplesmente querer um resultado, é necessário traçar as estratégias corretas e tomar as providências cabíveis para que se alcance o resultado desejado.

Dos três grupos apresentados, só não há trabalho a fazer para a empresa que decide ser um dinossauro. Para esse grupo, basta esperar a extinção, que acontecerá naturalmente. Porém, para quem decide se adaptar como um camaleão ou inovar como um *Homo sapiens*, há bastante trabalho a ser feito para que os resultados sejam alcançados, principalmente na construção de diferenciais que façam sentido para os consumidores.

Aprofunde a discussão sobre diferenciais com este conteúdo: Qual é o verdadeiro diferencial do seu negócio?

De maneira geral, esse trabalho passa diretamente pelas boas práticas de gestão e governança e de estratégias muito bem alinhadas e adequadas ao interesse do negócio. Não há uma solução ou estratégia única que sirva para todos. Cada empresa e empresário deve se cercar das melhores informações e pôr em prática as estratégias que se alinhem à sua realidade. Ou seja, o que funciona em uma organização pode não fazer sentido em outra, mesmo que elas sejam muito parecidas entre si.

O processo de reação e retomada do crescimento deve ir além da boa vontade, grandes mudanças no comportamento de compra dos consumidores e nas



relações competitivas do mercado devem se consolidar em futuro próximo. A sobrevivência e a inovação são elementos importantes, que devem ser atreladas ao conhecimento do negócio e alta capacidade de implementação estratégica.

Além disso, faz-se necessário uma forte reação em vendas, por esse motivo as Estratégias de Vendas devem merecer especial atenção, bem como o esforço para o fechamento de novos negócios.

Para reagir, é preciso planejar e executar. Ficar parado não irá resolver. Aliás, a fim de colaborar com o segmento, a World Security Federation (WSF) realizou, no último dia 30 de março de 2021, o Workshop “Grandes estratégias para os resultados”, presidido pelo consultor Flávio Paim, em que apresentou orientações inovadoras e cruciais para o sucesso de empresas, especialmente de segurança privada.

Flávio Paim tem sido um grande parceiro da WSF, colaborando com conteúdos que somam para o segmento da segurança privada. É um profissional com mais de 20 anos de experiência nas áreas de Gestão, Marketing e Vendas, atuante como consultor, assessorando empresas, projetos e negócios em nove estados brasileiros. Professor universitário em cursos de graduação e pós-graduação em disciplinas de Inovação, Gestão de Vendas e Gestão Estratégica Empresarial.

Além disso, é importante destacar que um dos principais objetivos da WSF, além de fornecer conhecimento sobre a segurança privada aos seus associados, visa divulgar as grandes inovações normativas e tecnológicas do setor. Assim, não deixe de acompanhar a atuação da entidade. Associe-se você também. Para mais informações, acesse <https://worldsecurityfederation.com/> ou entre em contato com wsf@wsf.org.br ou pelo (61) 3327-5440.



Fenavist discute racismo em audiência na Comissão de Juristas da Câmara dos Deputados

O presidente da entidade, Jeferson Nazário, defendeu a aprovação do Estatuto da Segurança Privada como forma de coibir casos de discriminação no segmento

O presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jeferson Nazário, foi um dos participantes da audiência virtual realizada pela Comissão de Juristas da Câmara dos Deputados para discutir o racismo no setor privado. Criou-se um grupo de trabalho no final de 2020 destinado a avaliar e propor estratégias normativas com vistas ao aperfeiçoamento da legislação de combate ao racismo estrutural e institucional no País.

O uso de ações afirmativas e a responsabilização objetiva de práticas discriminatórias foram algumas das medidas para ampliar o acesso dos negros ao mercado de trabalho debatidas durante o encontro. O presidente da Fenavist apresentou a entidade, demonstrou a abrangência da federação, dos sindicatos e das empresas associadas. Jeferson Nazário também explicou que o segmento tem grande interesse em debater a questão racial e em participar de ações que ajudem a transformar o País.

“Nós estimamos que mais ou menos 60% dos nossos profissionais, em um universo de 600 mil homens no Brasil, são negros que trabalham como segurança privada”, afirmou.

O dirigente ressaltou que a Fenavist e o segmento de segurança privada já vinham atuando na questão discriminatória antes mesmo do caso João Alberto, morto após ser espancado por dois seguranças em uma unidade do supermercado Carrefour, em Porto Alegre-RS, no final de 2020. A entidade, ainda no

início do ano passado, procurou a Faculdade Zumbi dos Palmares para iniciar uma parceria. Uma das primeiras iniciativas é a divulgação de uma cartilha com orientações aos trabalhadores do modo como realizar as abordagens de forma mais humanizada, que não causem constrangimento e não sejam discriminatórias.

Além disso, Jeferson Nazário foi incisivo ao explicar aos outros participantes que casos como o de João Alberto não representam o segmento de segurança, já que, assim como outros noticiados pela imprensa, eles sempre são cometidos por empresas sem autorização da Polícia Federal ou clandestinas, e por seguranças irregulares. Por isso, a aprovação do Estatuto da Segurança Privada pelo Senado Federal, último passo antes de ser enviado à sanção presidencial, é fundamental e trará a modernização, “uma revolução”, disse Nazário.

“Esse Projeto de Lei vem regular de forma mais efetiva a atuação da segurança privada no mercado brasileiro em geral. Quem contratar serviço irregular, clandestino, responderá criminalmente juntamente com quem o está oferecendo. Não será mais só quem oferece o serviço, mas quem contrata também, com pena de multa e prisão. Também nesse projeto, os policiais que fazem bico, os quais, muitas vezes, têm preparo para a ostensividade de rua, mas não têm preparo para fazer o trabalho preventivo, que é o trabalho exercido pela segurança privada, também serão punidos com multa, prisão e exoneração por serviço irregular, exemplificou o presidente da Fenavist.

Jeferson Nazário também anunciou que a Federação, ao lado da Faculdade Zumbi dos Palmares, prepara um estudo amplo sobre a questão racial na atividade de segurança privada.

“Tem um estudo que está sendo feito a quatro mãos, por pessoas capacitadas, habilitadas. Creio que trará um raio-x de todo o setor, da questão racial, das pessoas que trabalham, da atividade em geral”, informou Nazário.



A sugestão de leitura da Biblioteca de Segurança é o livro *Segurança Empresarial: da Teoria à Prática*, desenvolvido pelo GESEG-CRA-SP, disponível para download em seu site. “No início de nossa sociedade, um dos primeiros conceitos que desenvolvemos foi a vida em comunidade e a segurança que esta poderia proporcionar. Como ‘animais’, os humanos são pouco impressionantes, basta ler uma lista de recordes e veremos que não somos os mais rápidos nem os mais fortes, mas, ao nos organizarmos em grupos, podemos obter mais segurança e termos maior força contra ameaças do ambiente ou de outros grupos. As grandes caravanas de mercadores na Rota da Seda, que garantiam o fluxo de mercadorias entre o Oriente e Ocidente, também apostavam nesse conceito, da segurança em número, que a fraqueza de um poderia ser compensada pela força dos outros, dentro da ideia de que a segurança de cada um dependia da segurança do grupo.

O poeta romano Horácio já entendia esse conceito, ao afirmar que “nossa própria segurança é colocada em risco quando a casa de nosso vizinho pega fogo”. Sentir-se seguro não pode ser considerado um privilégio, é uma demanda básica de qualquer indivíduo e grupo social, contudo, no Brasil, questões sociais e econômicas extremamente complexas geraram um ambiente com níveis de segurança inferiores aos de outros países; um cenário onde o cidadão não vê o estado como eficaz provedor dessa garantia.

Dessa forma, o papel da segurança privada ganha ares mais básicos em nossa sociedade e, assim, podemos identificar a formalização dos serviços de segurança particulares a partir da década de 1960.

Ultrapassando agora 50 anos de sua regulamentação, a atividade ainda carece de modelos gerenciais bem estudados, efetivos e aplicáveis à nossa realidade, por isso o surgimento deste livro.

Fruto do trabalho do Grupo de Excelência em Segurança (GESEG), formado em 2017 no Centro do Conhecimento do Conselho Regional de Administração de São Paulo, o material foi elaborado na forma de um e-book.

Contando com mais de 70 especialistas, teve a coordenação dos administradores Tatiana Pereira Cheslest Miras Diniz, CPP®, ASE; Marcy José de Campos Verde, CPP®, ADS, ambos com larga expe-



riência e diversas certificações na área. O livro foi dividido em duas dezenas de capítulos, cada um com tema bem definido e abordagem clara e direta, o que facilita aos profissionais ou estudantes da área a localização do tópico específico de investigação, ainda mantendo um sequenciamento lógico dos conteúdos para quem vai ler toda obra e ganhar conhecimento nesta multitude de temas.

Desde a estrutura e os requisitos legais para funcionamento até a integração da segurança pública e privada, passando por questões como arquitetura, eventos, segurança de incêndios e tecnologia, o leitor também terá acesso aos temas mais tradicionais, como escolta, transporte de valores, segurança pessoal e do patrimônio.

O livro é indicado para quem já atua na área e precisa profissionalizar sua gestão, mas também serve de guia inicial para aqueles que pretendem começar, de maneira correta, a trabalhar nessa atividade.

Cada capítulo é assinado por especialistas e, por ter surgido da colaboração de um grande grupo, traz ainda o link para visita do perfil de cada um deles, possibilitando ao leitor relacionar-se diretamente com os autores e desenvolver-se ainda mais em cada área de interesse. Adm. Roberto Carvalho Cardoso, presidente CRA-SP

Boa leitura! Acesse www.bibliotecadeseguranca.com.br e tenha acesso a mais de 2.700 títulos já publicados.

Entidades de Santa Catarina lançam movimento “Vacina É Essencial”

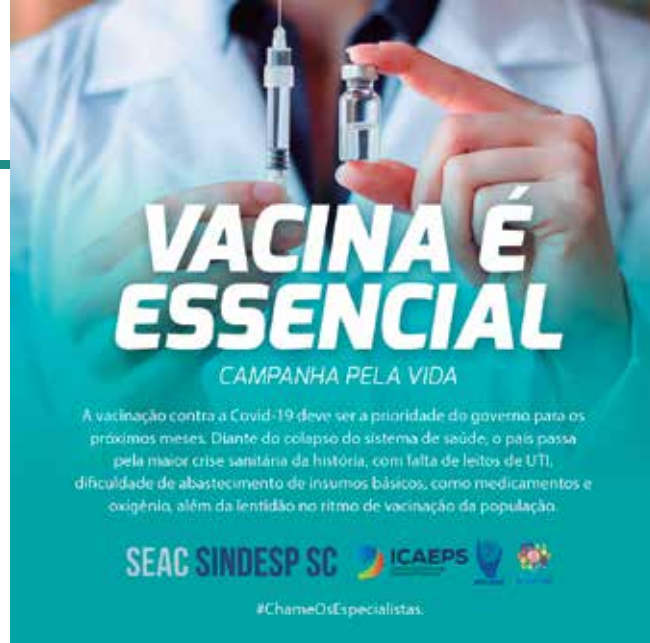
A vacinação contra a Covid-19 deve ser a prioridade do governo para os próximos meses. Diante do colapso do sistema de saúde, o país passa pela maior crise sanitária da história, com falta de leitos de UTI, dificuldade de abastecimento de insumos básicos, como medicamentos e oxigênio, além do ritmo lento de vacinação. Especialistas alertam que, para uma retomada mais segura das atividades, pelo menos 50% da população adulta deverão ser vacinados com as duas doses.

“Precisamos acelerar urgentemente o ritmo de imunização. Nos últimos meses sofremos com a falta de gestão e logística em todo o território nacional, como consequência ultrapassamos o triste número de 300 mil óbitos e ainda não observamos uma solução de curto prazo para reduzir a curva de mortes”, destaca o presidente do ICAEPS, Evandro Fortunato Linhares.

O grande desafio para 2021 será vacinar ao menos 75% da população. O resultado passará pela boa gestão dos recursos, por um planejamento adequado, uma logística impecável e a aquisição e produção de novas doses do imunizante.

A retomada da normalidade depende diretamente dos cuidados sanitários e de uma ampla campanha de vacinação para todos. O País atravessa uma crise sem precedentes na área da saúde, gerando impactos devastadores em toda a sociedade, que sofre pela perda de milhares de vidas e a estagnação da economia”, avalia o presidente do Sindesp-SC, Dilmo Wanderley Berger.

Com o intuito de alertar para a importância da vacinação em massa, o Instituto Catarinense de Educação Profissional (ICAEPS) e seus instituidores, SEAC-SC, Sindesp-SC e FEVASC, lançam o mo-



vimento “Vacina é essencial”. As entidades do setor de serviços alertam para a necessidade urgente de vacinação dos trabalhadores essenciais, como prestadores de serviços de asseio e conservação e da segurança privada.

“As áreas de asseio, conservação e segurança privada nunca pararam durante a pandemia. Nossos especialistas atuam na linha de frente, por serem imprescindíveis para o funcionamento dos serviços essenciais. Os profissionais da limpeza, por exemplo, precisam estar capacitados para realizar a higienização correta dos locais de grande circulação, com a missão de impedir a contaminação dos frequentadores. São cerca de 100 mil trabalhadores do setor no estado e mais de 15 milhões no Brasil que compõem esse importante vetor de nossa economia”, exalta Jodecir Pedroso de Souza, presidente da FEVASC.

No mês de março, mais de 1.500 economistas de todo o País se mobilizaram e assinaram um manifesto sobre a importância das medidas de prevenção ao coronavírus para impulsionar a economia. Os autores argumentam que, segundo dados preliminares, países com pior desempenho econômico na pandemia foram também os com maior número de óbitos – ou seja, os que tiveram menor êxito na contenção do vírus.

“Para retomarmos o crescimento em todos os setores da economia, é fundamental o investimento na vacinação em massa de nossos trabalhadores e de toda a população, união dos poderes, compreensão da população e respeito às normas sanitárias serão fundamentais para superarmos essas dificuldades. A vacina é essencial!”, completa o presidente do SEAC-SC, Avelino Lombardi.

NOVIDADES DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES QUE DEVEM SER OBSERVADAS PELAS EMPRESAS DE SEGURANÇA

*Juliano Costa Couto, advogado, Mestre em Direito Constitucional, ex-presidente da OAB/DF no triênio 2016/2016 e sócio-gerente do escritório Costa Couto Advogados Associados – www.costacouto.com.br, Consultor Jurídico da Fenavist

É fato que o Estado, em suas diversas esferas, federal, estadual e municipal, forma uma plêiade de normas de suma importância quando se trata da contratação dos serviços de segurança privada. Disso advém a necessidade de constante atenção e observação dessas regras para o correto e mais profícuo desenvolvimento de nossas empresas.

Até então a principal norma sobre o setor, a Lei nº 8.666/93, nasceu cinco anos após a proclamação da CF/88, como uma ‘resposta’ à sociedade após o marcante escândalo conhecido como dos “anões do orçamento”. A detalhada Lei, substituindo as disposições do Decreto-Lei 2.300/86, veio com 126 artigos, de forma detalhada, com o intuito de moralizar as contratações públicas.

É indiscutível que o momento exigia mudanças nas formas de contratação com o Estado, mesmo com as diversas alterações levadas a termo na própria Lei nº 8.666/93 e em outras normas reguladoras das relações com o Estado. Exemplos são a Lei nº 12.462/2011, que criou o Regime Diferenciado de Contratação, e a Lei nº 10.520/2002, reguladora do sistema de pregão. Da mesma forma, mais recentemente, vieram as previsões contidas na Lei das Estatais, Lei nº 13.303/16, que dinamizou a relação com estatais e sociedades de economia mista.

De maneira geral, a percepção dos meios jurídicos especializados é de que a legislação trouxe avanços, conquanto estes tenham se mostrado aquém das expectativas da doutrina especializada. Não obstante isso, são diversas as novidades que merecem destaque, sempre com ênfase no setor da



VIGILÂNCIA PRIVADA.

É importante frisar que a nova Lei de Licitações ‘conviverá’ com a Lei nº 8.666/93 pelo prazo de dois anos¹. Durante esse período, a Administração poderá optar por qual regime legal se dará a contratação, vedada a aplicação combinada de ambas as normas². Ressalte-se ainda que a nova legislação não se aplica às empresas públicas, às sociedades de economia mista e a suas subsidiárias³, mas tão somente à Administração Direta.

A Lei fortaleceu a presença de servidores preparados e do quadro efetivo na condução dos procedimentos licitatórios⁴ e também a ideia da busca de resultados mais vantajosos para a Administração, com ênfase na inovação e no desenvolvimento nacional sustentável⁵.

Com vistas a garantir maior competitividade, a lei estabeleceu que “o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do pro-

1 Art. 193, inc. II da Lei nº 14.133/2021

2 Art. 191 da Lei nº 14.133/2021

3 Art. 1º, parágrafo 1º. da Lei nº 14.133/2021

4 Art. 7º. e incisos da Lei nº 14.133/2021

5 Art. 11 da Lei nº 14.133/2021

“Outro grande avanço constante da nova Lei e que parece buscar ganhos com a economia de escala é a possibilidade de vigência contratual pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, desde que haja previsão em edital e manutenção dos benefícios para a Administração”

cesso⁶”. Entre as novidades, temos uma clara orientação na linha de que os procedimentos sejam digitais, armazenados e validados por meio eletrônico⁷. Na mesma linha de racionalizar os procedimentos, os entes federativos deverão elaborar “plano de contratação anual”, sempre alinhado com seu planejamento estratégico e respectivo orçamento⁸. Vê-se, assim, um claro intuito de organizar os procedimentos de contratação dos órgãos, tornando a gestão mais moderna e, espera-se, mais eficiente.

Houve avanços no sentido de reforçar as fases iniciais da licitação, entre eles a fase preparatória, exigindo do gestor mais cuidados no planejamento e na especificação da demanda que deverá “abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação”, devendo ainda prever todos os custos, riscos e justificar a necessidade da contratação⁹.

Para além dos novos elementos acima destacados, temos ainda que a Lei impôs aos órgãos com

competências regulamentares a instituição de instrumentos que ensejem a centralização dos procedimentos de contratação, bem como a criação de catálogo eletrônico de padronização de compras, instituindo e divulgando modelos de editais, contratos e termos de referência, entre outros¹⁰.

A Lei fortaleceu o princípio da publicidade e também propiciou angariar o maior número de informações possível na construção da solução mais adequada ao seu problema, ampliou bastante a possibilidade de uso de audiências públicas sobre futuras licitações, além de disponibilizar informações pertinentes ao futuro contrato e possibilitar a manifestação de interessados¹¹.

Buscando operar com valores semelhantes aos do mercado privado e também valorizando a denominada “economia de escala”, a Lei impôs que o “valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto¹²”.

Os programas de integridade e até mesmo as políticas de inclusão de gênero foram lembrados pela norma, tanto como possível obrigatoriedade¹³ quanto como critério de desempate¹⁴.

Na parte relativa ao reajuste dos contratos, a Lei parece ter avançado quando estabeleceu que a repactuação, no caso de regime de dedicação exclusiva, se dará mediante demonstração analítica da variação dos custos¹⁵, o que pode proteger as empresas de contratos deficitários.

Nos termos específicos de contratação de serviços, a norma induz à padronização e ao parcelamento

desses serviços, desde que tecnicamente viáveis e economicamente vantajosos¹⁶. A Lei trouxe como

6. Art. 12, inc. III da Lei nº 14.133/2021 c/c Art. 64, parágrafo 1º

7. Art. 12, inc. VI da Lei nº 14.133/2021

8. Art. 12, inc. VII da Lei nº 14.133/2021

9. Art. 18 da Lei nº 14.133/2021

10. Art. 19, incs. I, II, III, IV e V da Lei nº 14.133/2021

11. Art. 21 da Lei nº 14.133/2021

12. Art. 23 da Lei nº 14.133/2021

13. Art. 25, parágrafo 4º da Lei nº 14.133/2021

14. Art. 59, incs. III e IV da Lei nº 14.133/2021

15. Art. 25, parágrafo 8º, inc. II da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 91, parágrafo 4º

16. Art. 47, incs. I e II da Lei nº 14.133/2021

novidade específica para os serviços de contratação de regime de dedicação exclusiva de mão de obra a obrigatoriedade de o contratado apresentar toda a documentação relativa à regularidade trabalhista de seus empregados, sob pena de multa¹⁷.

Um aspecto novo e importante para o segmento da vigilância privada é a facilitação de demonstrar a capacidade técnica, advinda com a nova Lei. Além das certidões e dos atestados, a critério da Administração, esses documentos poderão ser substituídos por outros tipos de prova de que a empresa ‘possui conhecimento técnico e experiência para a execução do serviço’, aceitando-se “provas alternativas” previstas em regulamento¹⁸. Não obstante isso, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares aos do objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos¹⁹.

Foi determinada a criação, mediante futuro regulamento, do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), cadastro unificado de licitantes, que deverá ser utilizado pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública²⁰.

A nova Lei é mais clara quando trata do prazo de resposta aos pedidos de reajuste a que devem ser submetidos os contratos, em específico quanto aos de serviços contínuos, cujos pedidos de repactuação devem ser respondidos, preferencialmente, no prazo de 1 (um) mês²¹.

Outro grande avanço constante da nova Lei e que parece buscar ganhos com a economia de escala é a possibilidade de vigência contratual pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, desde que haja previsão em edital e manutenção dos benefícios para a Administração²².

Quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, a Lei é clara ao dispor que somente

o contratado é por eles responsável²³ e, acolhendo construção jurisprudencial, inseriu que a Administração só será responsabilizada se comprovada a falha na fiscalização do contrato²⁴. A Lei também criou meios para que a Administração se proteja para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas, podendo exigir caução, comprovação de quitação das verbas, efetuar depósito em conta vinculada e pagar diretamente aos empregados²⁵.

Em arremate, temos na Lei previsão específica de que os preços contratados para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva podem ter seu reajuste vinculado à data da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado, e à data do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo a que a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra²⁶.

Visando à proteção de seus interesses e à diminuição de custos e encargos indesejados, a Lei trouxe expressa previsão de que a Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos que tratem de matéria não trabalhista ou mesmo que estabeleçam direitos não previstos em Lei²⁷, pelo que o segmento da vigilância, em especial por meio de seus sindicatos e quando da celebração das CCT’s, deverá estar muito atento aos riscos que podem advir da assunção de despesas e obrigações que podem não ser aceitas pelo tomador de serviços.

Diante de todas essas novidades, algumas boas e outras nem tanto, cabe ao segmento trabalhar para que os modelos de contrato e de editais, bem como as formas de competição na área de vigilância, sejam saudáveis e compatíveis com as regras e os preços de mercado, evitando-se a presença de empresas aventureiras, que agem em desacordo com a legislação e operam com valores inexequíveis. Para tanto, a Fenavist estará atenta e monitorando e contribuindo com diálogos e construções que serão necessários para a correta e mais profícua regulamentação da Lei aqui comentada.

17. Art. 50 e incisos da Lei nº 14.133/2021

18. Art. 67, parágrafo 3º. da Lei nº 14.133/2021

19. Art. 67, parágrafo 5º. da Lei nº 14.133/2021

20. Art. 87 da Lei nº 14.133/2021

21. Art. 92, parágrafo 6º. da Lei nº 14.133/2021

22. Art. 107 da Lei nº 14.133/2021

23. Art. 121 da Lei nº 14.133/2021

24. Art. 121, parágrafo 2º da Lei nº 14.133/2021

25. Art. 121, parágrafo 3º e incisos da Lei nº 14.133/2021

26. Art. 135, incs. I e II da Lei nº 14.133/2021

27. Art. 135, parágrafo 1º. da Lei nº 14.133/2021



Informação Segura



SANCIONADA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – LEI Nº 14.133/2021

A nova Lei de Licitações e Contratos administrativos entrou em vigor e, nos próximos dois anos, será aplicada em paralelo com a Lei nº 8.666/1993, regrando órgãos e entidades da Administração Pública Direta nas esferas federal, estadual, distrital e municipal.

A legislação trouxe várias novidades (abordadas em artigo específico para esta edição da revista da Fenavist) e tem desdobramentos não apenas na gestão das licitações dentro de cada órgão ou entidade da Administração Pública, mas também na forma como os contratos serão firmados e geridos.

Entre as mudanças, passa a ser permitido à Administração exigir seguro-garantia com cláusula que preveja a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato. Há também a previsão expressa de que, na hipótese exclusiva de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra, comprovada a falha no dever de fiscalização do contrato, a Administração estará sujeita solidariamente à responsabilidade pelos encargos previdenciários e, subsidiariamente, pelos encargos de natureza trabalhista.

ESTATUTO DO DESARMAMENTO – ALTERAÇÕES ORIUNDAS DOS DECRETOS 10.627/2021, 10.628/2021, 10.629/2021 E 10.630/2021

A Presidência da República editou os Decretos 10.627/2021, 10.628/2021, 10.629/2021 e 10.630/2021 que, em resumo, promovem uma série de alterações quanto à compra e ao porte de armas de fogo. Na visão do governo, essas alterações servem para desburocratizar procedimentos e aumentar a clareza das normas que regem a posse e o porte de armas bem como a atividade dos colecionadores, atiradores e caçadores (CAC's). Para

tanto, promoveu a redução da discricionariedade de autoridades públicas na concessão de posse e porte de armas; ampliou as garantias de contraditório e ampla defesa e adequou o número de armas, munições e recargas.

Cinco Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra o texto dos decretos foram propostas no STF. Distribuídas à ministra Rosa Weber, foi proferida decisão liminar suspendendo 13 dos dispositivos. Essa decisão será objeto de apreciação pelo plenário do STF em sessão virtual marcada ainda para o mês de abril 2021, quando teremos resposta definitiva sobre o texto e os efeitos finais dos Decretos.

COVID-19 PODE SER RECONHECIDA COMO DOENÇA OCUPACIONAL

Veja ou outra as empresas são chocalhadas com uma notícia aqui, outra acolá, que as põem em sobressalto, no que diz respeito à Covid e suas responsabilidades enquanto empregadoras.

A penúltima notícia diz respeito ao acórdão do TRT-2ª Região por sua 9ª Turma, que julgou um recurso da EBCT, nos autos da ação civil pública proposta pelo SINTECT-SP, entidade sindical que representa os seus trabalhadores no município de Poá, e impôs uma resma de obrigações, dentre elas a emissão de CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) de empregados positivados.

A última notícia veio agora, enquanto era elaborado o presente texto, consistente em uma sentença da VT de Três Corações, fixando como acidente de trabalho a morte de um empregado motorista e deferindo aos seus herdeiros uma indenização.

A Justiça do Trabalho com suas mais de mil e quinhentas Varas do Trabalho e seus vinte e quatro Tribunais Regionais do Trabalho, certamente, irá proferir um sem-número de variadas decisões e acórdãos que, mais adiante, serão apreciados pelo Tribunal Superior do Trabalho e Supremo Tribunal Federal, com mais contenção, pois muitas das

questões serão resolvidas à face dos fatos e provas admitidos nos processos.

Era o previsto.

A Fenavist tem feito reiteradas manifestações sobre o tema, emitindo opiniões legais, sempre no sentido de que a melhor postura às empresas é a conservadora, qual seja, não admitir que a contaminação de um seu empregado necessariamente decorreu da prestação de serviço. A Fenavist, a propósito, em sua Revista de agosto de 2020, fez publicar o artigo “A questão do nexa questão do nexa causal da Covid com as Atividades Laborais s Atividades Laborais...”, de autoria do seu assessor advogado Luís Alberto Gonçalves Gomes Coelho, em igual norte.

Com efeito, do ponto de vista patronal é o que melhor cabe fazer. A propósito, cabe lembrar que a Nota Técnica ME-SEI nº 56376/20, bem retrata a realidade, do ponto de vista da legislação previdenciária, que reclama o indubitado nexa entre o trabalho e a Covid-19.

De tal modo que, só quando efetivamente o setor de medicina da empresa fixar o “nexa” contaminação-ambiente de trabalho, previamente ouvido o departamento jurídico da empresa, é que cabe cogitar da emissão de uma CAT.

STF DEFINE QUE IPCA-E E SELIC DEVEM SER APLICADOS PARA CORREÇÃO MONETÁRIA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

O Supremo Tribunal Federal determinou que é inconstitucional a aplicação da Taxa Referencial (TR) para a correção monetária de débitos trabalhistas e de depósitos recursais no âmbito da Justiça do Trabalho. Por maioria de votos, os ministros decidiram que, até que o Poder Legislativo delibere sobre a questão, devem ser aplicados o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), na fase pré-judicial, e, a partir da citação, a taxa Selic, índices de correção monetária vigentes para as condenações cíveis em geral.

Também por maioria de votos, o Tribunal modulou os efeitos da decisão para determinar que todos os pagamentos realizados em tempo e modo

oportunos mediante a aplicação da TR, do IPCA-E ou de qualquer outro índice deverão ser reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão. Em contraposição, aos processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento, independentemente de haver sentença, deverão ser aplicados, de forma retroativa, a taxa Selic, juros e correção monetária.

ADI 6050 QUE VERSA SOBRE A INCONSTITUCIONALIDADE DA TARIFAÇÃO DO DANO MORAL PAUTADA PARA O DIA 30/06/2021 NO STF

A Fenavist fará a defesa oral no julgamento em favor da manutenção do texto do art. 223-G, da CLT, que fixa teto mínimo e teto máximo para as indenizações de dano moral.

Admitida como amicus curiae na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6050, a tese defendida pela Fenavist beneficia todo o setor produtivo, dando segurança e impondo limites objetivos às ações de dano moral. A defesa oral no Plenário do Supremo será levada a termo pelo consultor jurídico da Fenavist, Dr. Juliano Costa Couto.

A intenção é que seja julgado CONSTITUCIONAL o texto do art. 223-G, §1º, incisos I, II, III e IV da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017, que limita os valores de danos morais em:

§ 1º Se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação:

- I - ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido;
- II - ofensa de natureza média, até cinco vezes o último salário contratual do ofendido;
- III - ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido;
- IV - ofensa de natureza gravíssima, até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido.

*CLIPPING confeccionado pela equipe do Escritório COSTA COUTO ADVOGADOS ASSOCIADOS – colaboraram Dra. Gabriela Branco e Dr. Juliano Costa Couto – e pelo Escritório GOMES COELHO & BORDIN – colaborou Dr. Hélio Gomes Coelho Júnior.



Fenavist e SESVESP pedem aprovação do Estatuto da Segurança Privada ao senador Ciro Nogueira

No dia 25 de março, o presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Jeferson Nazário, e o diretor do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP) e presidente da Associação Brasileira de Profissionais de Segurança (ABSEG), Marco Antônio Lopes, se reuniram com o senador Ciro Nogueira (PP-PI) para pedir apoio para a aprovação imediata do Estatuto da Segurança Privada.

O Estatuto tramita no Congresso Nacional há pouco mais de uma década, tendo cumprido todo o rito legal. Após ser aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados no final de 2016, o texto foi enviado ao Senado, onde aguarda a última votação. A aprovação do texto é fundamental para o futuro da atividade de segurança privada.

Nazário e Lopes também argumentaram que a votação do Estatuto seria uma bonita forma de homenagear o senador Major Olímpio, vítima da covid-19, que sempre se dedicou à aprovação do texto. Além das instituições que presidem, os dois representaram outras entidades do segmento, como o SEMESP e a própria ABSEG. O encontro teve o apoio do vereador de São Paulo Arnaldo Faria de Sá.

Fenavist promove reunião com os jurícos dos sindicatos

O Jurídico da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) se reuniu com os departamentos jurídicos dos sindicatos associados à entidade, de forma virtual, no dia 26 de março. "O Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) comum e a aprendizagem na vigilância" foi o tema da palestra proferida pelo chefe do Núcleo de Relações do Trabalho da Secretaria Regional do Trabalho do Paraná, Luiz Fernando Fávaro Busnardo.

O SESMT tem a função de desenvolver ações que promovam a saúde e protejam a integridade física dos trabalhadores, com o objetivo de evitar acidentes de trabalho por meio de alertas e instruções para os funcionários sobre o aparecimento de novas doenças ocupacionais e riscos inerentes à atividade. Em seguida, foi a vez do consultor jurídico da Fenavist, Hélio Gomes, atualizar os cenários sobre as questões trabalhistas. Na sequência, a assessora jurídica da Federação, Soraya Santos, apresentou um panorama das negociações coletivas realizadas pelos estados até o momento.



"A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos" foi o assunto abordado pelo consultor jurídico da Fenavist, Juliano Costa Couto. E a consultora parlamentar da Federação, Cléria Santos, trouxe a debate o tema "Inovações legislativas: principais projetos de leis que direta ou indiretamente afetam a segurança privada". Com uma dinâmica bem colaborativa, marca desde que foi criada, a reunião dos jurídicos permite que, a cada situação abordada, os advogados dos sindicatos contribuam com dados, informações, experiências próprias, sugestões e tirem dúvidas. E isso se repetiu no encontro da última semana.

Fenavist realiza reunião da Diretoria Executiva

No dia 18 de março, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) realizou a 38ª Reunião da Diretoria Executiva. Assim como nas reuniões dos últimos meses, em respeito às normas de segurança sanitária, o encontro foi virtual. Os debates foram iniciados com a discussão sobre os andamentos das ações parlamentares e o Estatuto da Segurança Privada e as Instituições Financeiras (SCD n.º 6, de 2016, ao PLS



nº 135 de 2010). Em seguida, o corpo jurídico da Fenavist apresentou as mais recentes inovações na área. Outro tema em destaque foi a possibilidade de os cursos de formação ministrarem algumas disciplinas a distância. Os trabalhos nesse sentido são coordenados pelo presidente da Associação Brasileira de Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV) e diretor da Fenavist, Ricardo Tadeu Corrêa, que fez a apresentação “Programa EAD – impactos econômicos e operacionais”.

Os diretores da Federação também discutiram os Decretos presidenciais 10.627/2021, 10.628/2021 e 10.627/2021, que alteraram o Estatuto do Desarmamento. Ainda durante a reunião foram abordados aspectos sobre as negociações coletivas e o andamento das comissões temáticas de trabalho da entidade.

Menor Aprendiz: Fenavist volta a se reunir com secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia

No dia 4 de fevereiro, representantes da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) voltaram a se reunir com o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, para discutir a aplicação da legislação do menor aprendiz na segurança privada. O encontro é um desdobramento das reuniões feitas no ano passado. O avanço nas tratativas ficou evidente com a inclusão do secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo, e do diretor do Programa Menor Aprendiz, Washington Clark dos Santos, nas conversas sobre possíveis mudanças na legislação.

Durante a conversa, a Fenavist voltou a reforçar o pleito para que as especificidades do segmento sejam respeitadas em relação à cota da Lei do Menor Aprendiz. A proposta da Federação, que conta com o apoio da Polícia Federal (PF), órgão que regula e fiscaliza o setor, é de que a porcentagem exigida seja aplicada apenas sobre os números de trabalhadores das áreas administrativas. A própria Lei nº 7.102/1983, que estabelece os critérios para a formação dos vigilantes, prevê regras incompatíveis com a cota de aprendizes, como a idade mínima de 21 anos e a realização de curso de formação.

A alteração é imprescindível para que as empresas do segmento deixem de sofrer com ações e multas arbitrárias aplicadas em muitos casos. Participaram da reunião pela Federação o vice-presidente para Assuntos Jurídicos, Jacymar Daffini Dalcami, os consultores jurídicos da entidade, Juliano Costa Couto e Soraya Santos, além da superintendente da Fenavist, Ana Paula Queiroga.

Fenavist participa de reunião do movimento “Simplifica Já”

O vice-presidente nacional da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e presidente da Associação Brasileira das Empresas de Vigilância (Abrevis), José Jacobson Neto, participou, no último dia 22 de março, da reunião do “Simplifica Já”. O movimento reúne cerca de 120 entidades de diversas atividades (incluindo a Fenavist, o Sindesp’s e outras associações do setor), que atuam com o compromisso de melhoria imediata do sistema tributário nacional, particularmente dos tributos sobre o consumo, de modo que se contribua para a melhoria do ambiente de negócios do País, acarretando mais emprego e renda para a população, contribuindo para a retomada de um crescimento econômico vigoroso e sustentável do Brasil.

No encontro com entidades do setor de instalações de equipamentos de comunicações, setor de construção civil, tecnologia da informação, vigilância e contabilidade, com o professor Alberto Macedo, do movimento “Simplifica Já”; com o presidente da Central Brasileira de Serviços (Cebrasse), João Diniz; o vice-presidente da Fenavist demonstrou os anseios do segmento com a Reforma Tributária e o eventual aumento de carga. Essa mesma preocupação ficou evidenciada pelos outros participantes, já que, assim como a segurança privada, são setores de grande importância e empregabilidade já sobrecarregados de tributos.

Durante a conversa, o professor Alberto manifestou tranquilidade quanto ao fato de que a proposta não trará aumento de carga e disse que ainda serão apresentadas soluções sobre o conceito de insumos no PIS/Cofins e na desoneração da folha de pagamento, temas muito importantes para as categorias participantes da reunião.

LEI AUTORIZA O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E AUTORIZA A DISPENSA DE COMPROVAÇÃO DA COVID NOS 7 DIAS INICIAIS.

* Luís Alberto Gonçalves Gomes Coelho, advogado e professor da ESA/OABPR e da pós da UniCuritiba e das Faculdades da Indústria (FIEP). Sócio de Gomes Coelho & Bordin Sociedade de Advogados, e consultor Jurídico da Fenavist.

No dia 26.03.21, entrou em vigor a Lei 14.128/2021, que dispõe sobre a compensação financeira a ser paga pela União aos profissionais e trabalhadores de saúde que ficaram permanentemente incapacitados para o trabalho em razão da Covid-19, bem assim aos seus herdeiros e dependentes em razão de falecimento.

A nova lei trouxe também alterações à Lei 605/49, que trata do RSR, dos feriados e das hipóteses de faltas justificadas ao trabalho, para dispensar a comprovação da doença (COVID-19) nos 7 dias iniciais, em caso de imposição de medida de isolamento.

De forma bastante didática, o que prevê a Lei 14.128/2021?

A lei determina que a União pague...

- uma compensação financeira, aos profissionais e trabalhadores de saúde¹, que se tornarem **permanentemente incapacitados para o trabalho**, durante o período de emergência de saúde

¹ Profissionais e trabalhadores de saúde de níveis superior, técnico ou auxiliar, incluindo os profissionais que trabalham com testagem nos laboratórios de análises clínicas, agentes comunitários de saúde e aqueles outros que, mesmo não exercendo atividades-fim nas áreas de saúde, auxiliam ou prestam serviço de apoio presencialmente nos estabelecimentos de saúde, ainda que no desempenho de serviços administrativos, de copa, de lavanderia, de limpeza, de segurança e de condução de ambulâncias, entre outros, além dos trabalhadores dos necrotérios e dos coveiros.



pública decorrente do novo coronavírus, por terem trabalhado no atendimento direto a pacientes de Covid-19.

A Lei fala em Espin-Covid-19. O que é isso?

Espin-Covid-19 é o estado de emergência de saúde pública de importância nacional em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), criado juridicamente no Brasil com a Portaria nº 188/2020, do Ministério da Saúde, ante autorização da Lei 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento da pandemia (p. ex. isolamento; quarentena; determinação de realização compulsória de exames médicos e vacinação; uso obrigatório de máscaras).

O estado de emergência só se encerrará com a publicação de novo ato do Ministro de Estado da Saúde, na forma dos §§ 2º e 3º do caput do art. 1º da Lei nº 13.979/2020, desde que não superior ao declarado pela OMS.

Como haverá a comprovação de que a incapacidade permanente foi causada pela Covid-19 e a quem cabe avaliação médica?

Nos termos do art. 2º, § 1º, da Lei 14.128/2021 e para os estritos fins de pagamento da compensação financeira estabelecida, presume-se a Co-

vid-19 como causa da incapacidade permanente para o trabalho ou óbito, mesmo que não tenha sido a causa única, principal ou imediata, desde que mantido o nexos temporal entre a data de início da doença e a ocorrência da incapacidade permanente para o trabalho ou óbito, se houver: I - diagnóstico de Covid-19 comprovado mediante laudos de exames laboratoriais ou laudo médico que ateste quadro clínico compatível com a Covid-19.

A concessão da compensação financeira nos casos de incapacidade permanente estará sujeita à avaliação de perícia médica, a ser realizada por servidores integrantes da carreira de Perito Médico Federal.

Se o trabalhador ou profissional da saúde ficou incapacitado ou morreu de Covid-19 antes da Lei nº 14.128/2021, mesmo assim haverá pagamento da compensação financeira?

Sim, ela será devida inclusive nas hipóteses de óbito ou incapacidade permanente para o trabalho anterior à data de publicação da Lei, desde que a infecção pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2) tenha ocorrido durante o Espin-Covid-19.

E se o trabalhador ou profissional da saúde ficou incapacitado ou morreu de Covid-19 depois do fim da Espin-Covid-19, mesmo assim haverá pagamento da compensação financeira?

Sim, será devida inclusive nas hipóteses de óbito ou incapacidade permanente para o trabalho superveniente à declaração do fim do Espin-Covid-19, desde que a infecção pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2) tenha ocorrido durante o Espin-Covid-19.

Qual o valor da compensação financeira?

A compensação financeira prevista será composta por duas verbas:

I – uma única prestação em valor fixo de R\$ 50.000,00, pago ao profissional ou trabalhador de saúde incapacitado permanentemente ou, em

caso de óbito, será pago ao seu cônjuge/companheiro, dependentes e herdeiros.

II – uma única prestação de valor variável paga a cada um dos dependentes do profissional ou trabalhador de saúde falecido, valendo destacar que somente terão direito a essa prestação: os dependentes menores de 21 anos; os dependentes menores de 24 anos, se estiverem cursando curso superior; e, os dependentes com deficiência, independentemente da idade.

O Governo pode parcelar em até três vezes o pagamento, sendo que despesas de funeral também deverão ser pagas pela União.

Além da compensação financeira, a Lei 14.128/2021 trouxe também alterações à Lei 605/49, **ao dispensar, em caso de imposição de medida de isolamento, a comprovação da doença (COVID-19) nos 7 dias iniciais.**

Importante lembrar o que é medida de isolamento, nos termos da lei e para fins de enfrentamento da pandemia: **“separação de pessoas doentes ou contaminadas, ou de bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais afetadas, de outros, de maneira a evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus;”** (art. 2º, I, da Lei 13.979/20).

Além disso, por lei (art. 6º, 1º, “f” da Lei nº 605/49), o empregado que estiver comprovadamente doente e faltar ao trabalho, não sofrerá qualquer desconto, mediante apresentação de atestado médico (observar ordem preferencial prevista em lei ou ACT/CCT).

Entretanto, com a nova previsão legal, durante o período de pandemia, quando houver imposição de medida de isolamento, **o empregado ficará dispensado da comprovação da doença por 7 dias**, sendo que a partir do 8º dia, se o trabalhador ainda não estiver apto a retornar ao trabalho, ele poderá apresentar documento de unidade de saúde do SUS ou documento eletrônico regulamentado pelo Ministério da Saúde.

Benefício amparo social na pandemia do covid-19 em Goiás



O Instituto de Assistência Familiar e de Amparo Social dos Trabalhadores do Setor de Terceirização de Mão de obra do Estado de Goiás (IAFAS), criado pelo Seac e pelo Sindesp-Goiás, propôs, no decorrer desse período da Pandemia do covid-19, fornecer mensalmente, cestas personalizadas de produtos alimentícios aos funcionários das empresas associadas e que se encaixem nas seguintes condições, advindas das medidas para enfrentamento da calamidade pública:

- Trabalharem em hospitais, clínicas e similares;
- Forem profissionais de saúde ocupacionais – técnicos de segurança do trabalho; enfermeiros e outros;
- Forem colaboradores com filhos deficientes, em qualquer idade;
- Tiverem dois filhos menores de 10 anos de idade;
- Retornarem de férias individuais; de férias coletivas e que tiverem celebrado acordo individual/coletivo de suspensão temporária de contrato de trabalho ou que celebrado acordo individual ou coletivo de redução proporcional de salários;
- Forem profissionais de RH's/Depto. de Pessoal; chefes/fiscais/líderes e encarregados de equipes.

Até fevereiro/2021 foram entregues 75.427,20kg de alimentos aos trabalhadores, em cestas de produtos contendo 16,2kg cada, a um custo médio de R\$ 85,00 a unidade.

Centros de Formação de Vigilantes do Paraná têm sinal verde para funcionar no lockdown

As secretarias municipais de Saúde e de Urbanismo de Curitiba afirmam que não há impedimento legal ou sanitário para a abertura dos Centros de Formação de Vigilantes, visto que a segurança privada está elencada como serviço essencial no Decreto Municipal 565/2021. A declaração é uma resposta ao ofício encaminhado pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Paraná (Sindesp-PR) aos órgãos públicos no dia 15 de março.

O documento, inicialmente apresentado pela Delegacia de Controle de Segurança Privada (DELESP), defende a normalidade dos treinamentos nas escolas de formação, uma vez que a profissão é atividade essencial e não deve ser restrita nem mesmo neste período agudo da crise sanitária provocada pela pandemia de covid-19, em que a prefeitura elevou as restrições de circulação no lockdown.

Como apontou o ofício, considerando a Lei nº 7.102/1983 e o Decreto 89.056/1983, a reciclagem e a especial habilitação do vigilante são condições imprescindíveis ao exercício da profissão. Se as escolas de formação permanecessem fechadas, teríamos profissionais exercendo a função sem a necessária reciclagem e sem a atualização do exame psicológico requerido para o porte funcional de armas de fogo.

Sindesp-PR faz doações para famílias atingidas pela enchente

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Paraná doou uniformes que recebeu da Securpro e outros itens arrecadados para famílias de Piraquara, atingidas pela enchente na região metropolitana, em março.

SEMESSP defende importância da escolta armada

Em 11 de fevereiro, o presidente do Sindicato das Empresas de Escolta do Estado de São Paulo (SEMEEESP), Autair Iuga, se reuniu com o presidente da NTC&Logística e da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística, Francisco Pelucio.

Durante a visita, o presidente do SEMEEESP demonstrou a importância da Escolta Armada para o setor de transporte brasileiro. "Impossível que haja transporte de produtos atrativos pela criminalidade sem a proteção adicional da Escolta Armada", disse Iuga.



Autair Iuga também destacou que a escolta armada é uma das principais ferramentas de proteção para o transporte de insumos para combate ao covid; entregas de vacinas aos centros de distribuição e postos de saúde; transporte de produtos eletroeletrônicos para as casas de toda a população brasileira; preservação de galpões frigoríficos onde se armazenam as vacinas e preservação dos fabricantes no carregamento de vacinas.

O presidente do SEEMESP reforçou que a prática já tem sido adotada pelos gestores de hospitais públicos e privados, como proteção adicional neste momento tão importante de combate ao covid e de proteção à vida humana.

Sindesp-PE e Seac-PE doam mil cestas básicas para comunidades carentes



O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Pernambuco (Sindesp-PE) e o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Pernambuco (Seac-PE) doaram mil cestas básicas para comunidades carentes, que têm sido bastante afetadas pelos efeitos da pandemia de covid-19.

As duas entidades são presididas pelo empresário Agostinho Gomes. As doações foram feitas pelo Fundo Transforma Brasil, que tem atuado para ajudar a população mais vulnerável em todo o Brasil. Cada kit com alimentos e produtos de limpeza custa R\$ 50,00, mas a pessoa também pode contribuir com valores menores: R\$ 5,00 e R\$ 20,00, além de poder atuar como voluntária.

Para saber mais sobre o projeto e o modo de doar, acesse <https://fundo.transformabrasil.com.br/>

SESVESP SE ARTICULA PARA MANTER SETOR ATIVO E BUSCA SOLUÇÕES PARA REDUZIR OS IMPACTOS DA CRISE SANITÁRIA

Em um mundo de indefinições o SESVESP buscou soluções ao alcance, procurando inovar dentro de um segmento fechado e regulado por lei.

***Flávio Sandrini**
1º Vice-presidente Executivo do SESVESP



Diante do cenário de pandemia causado pelo novo coronavírus, o SESVESP vem, ao logo desse período de mais um ano, buscando formas para mitigar os efeitos oriundos desse momento crítico por que passa o País. Além da contínua atuação na defesa dos interesses das associadas, no estado de São Paulo nossa Diretoria vem desenvolvendo um acompanhamento sistemático dos desdobramentos da crise com no mínimo quatro fatores que afetam diretamente o setor.

- A própria pandemia e as 'blindagens' que efetuamos com a CCT emergencial, colocando um ponto a mais de progresso no desenvolvimento das relações capital-trabalho, resumidamente um maior amadurecimento nessas relações;
- O monitoramento em nível federal do andamento no Congresso Nacional sobre a reforma tributária que poderá afetar diretamente o setor que são a PEC 45, a PEC 110, juntamente com a Emenda Substitutiva Global 144, conhecida como simplifica já, mais o PL 387 do governo que pretende majorar as alíquotas de PIS/COFINS;
- A procura de soluções internas para melhorar o ambiente de negócios e reduzir os impactos da concorrência desleal e;
- O andamento das novas regras do setor contidas no Estatuto da Segurança Privada parado no Senado Federal.

Em um ano difícil de distanciamento e de cancelamento de muitos eventos também destacamos importante projeto discutido com o laboral sobre a remuneração de jornadas intermitentes no âmbito dos serviços voltados para os eventos, grandes eventos e outras atividades.

“No ambiente interno ainda para enfrentamento da pandemia em São Paulo, assim como fez Minas Gerais, estamos empenhados em conseguir do governo vacinas, em caráter prioritário, para nossos vigilantes mais expostos ao risco.”

Avançamos muito nas negociações com o laboral, mas precisamos ficar atentos ao fato de que, quando não temos respaldo do governo para proteger nosso ambiente de negócio, temos de criar dispositivos que consigam manter os empregos ao mesmo tempo em que isso não onere as empresas com o impacto da crise, utilizando-se do expediente legal do “negociado sobre o legislado”.

Esse é um serviço trabalhoso e silencioso que mantemos em nosso radar de gestão estratégica, sempre que é necessário ajustar a negociação. Essa condição que me foi delegada pelo presidente da Diretoria Executiva, João Eliezer Palhuca, e com apoio administrativo e operacional de vários empresários e de toda a nossa diretoria, chegamos aos resultados propostos.

“Nem sempre os resultados são os melhores, porque numa negociação existem partes envolvidas e seus interesses, contudo, acredito que fizemos a lição de casa, não é simples numa crise sanitária como essa conseguir avanços importantes de minimização de impactos.”

O SESVESP com muito pragmatismo tem buscado e tido apoio também da Fenavist para monitorar os outros indicadores que podem afetar nosso setor. A reforma tributária é uma delas, juntamente com o Estatuto também, tanto no governo do estado quanto nos municipais.

Ainda no ambiente interno de negócios temos tido conversas e reuniões periódicas com integrantes de governos por conta de licitações, houve várias reuniões empresariais tanto com o governo do estado de São Paulo quanto com a

prefeituras para minimizar a crise da concorrência desleal, o que requer muito preparo estratégico para enfrentarmos o problema nos mais diversos níveis de atuação e que ainda merece muitos dias e horas de trabalho.

Por isso, o SESVESP tem trabalhado na busca de soluções, nossa intenção é melhorar sempre o ambiente de negócios para as empresas, mas, para isso, dependemos de diversos quesitos de mercado que não são tão simples como imaginamos, mas está em nosso radar. Fazer aquilo que é possível e acreditar nas possibilidades genéricas que aparecem.

No ambiente interno ainda para enfrentamento da pandemia em São Paulo, assim como fez Minas Gerais, estamos empenhados em conseguir do governo vacinas, em caráter prioritário, para nossos vigilantes mais expostos ao risco.

Enfim o distanciamento social fez com que várias informações importantes deixassem de circular diretamente entre a diretoria e os associados, por isso, é de suma importância noticiarmos aquilo que estamos fazendo, mesmo que elas não estejam expostas, para que nosso associado perceba que, apesar do distanciamento, estamos incansavelmente buscando soluções para nosso setor.

O SESVESP, por meio de sua diretoria, conta com a colaboração de todos, e aqueles que tiverem informações ou sugestões, as estamos recebendo pelo email sesvesp@sesvesp.com.br e ou pelo telefone (11) 3858-7360.

Juntos venceremos esta etapa!



Amanda Ferreira Sempre em busca de desafios

Amanda Santos Ferreira, 42 anos, é a executiva do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Rio Grande do Sul (Sindesp-RS) desde 2006. No entanto, a atuação na atividade sindical começou quatro anos antes. “Eu acho que foi o próprio setor que decidiu por mim. Na época, eu fiquei sabendo que eles estavam precisando de uma auxiliar. Então, me candidatei à vaga. Já haviam passado alguns auxiliares pelo Sindesp-RS, mas ninguém que, de fato, vestisse a camisa. Avalio isso como um casamento feliz, ao tempo em que eu mergulhava no universo sindical, me apaixonava cada vez mais, sentia-me motivada, desafiada.”

Quando fala em desafios, a Bacharel em Administração de Empresas não tem restrições. A executiva é certificada HSK1, que trata da fluência em chinês, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; artista marcial e facilitadora de Tai Chi Chuan pelo Centro Cultural Chinês de Porto Alegre, experiências que também contribuíram para sua evolução na atividade sindical. “Tive a oportunidade de vivenciar mudanças impactantes no setor e no mundo trabalhista. Mesmo com todas as dificuldades, foi uma oportunidade para novos projetos. Hoje, olhando para trás, percebo o quanto somos capazes de nos adaptar e de fazer melhor, e de que juntos podemos enfrentar qualquer crise.”

Amanda argumenta que o executivo tem papel fundamental nas entidades de classe, por isso o profissional precisa estar preparado para oferecer o suporte necessário aos representados, contratantes e à sociedade em geral. Segundo ela, também é preciso frisar que a atividade sindical não significa apenas uma associação de classe para a defesa dos interesses econômicos e/ou profissionais de indivíduos ou empresas que exercem a mesma atividade. “Entendo que a atividade sindical é de suma importância para o desenvolvimento salutar da democracia, pois, além de representar os associados, os sindicatos atuam na esfera judicial, empresarial e social. São essas atividades que norteiam as ações negociais, políticas, assistenciais e econômicas”, explica.

Ao analisar o atual momento, a executiva do Sindesp-RS reconhece que mesmo a segurança privada tendo sido considerada atividade essencial, ela tem passado por muitos percalços. “O segmento sentiu na carne a carência de ações mais efetivas por parte do governo. Revisitamos nossos modelos de gestão, nossa forma de lidar com conflitos, de pensar em soluções e de nos relacionar. O ano de 2020 nos colocou máscaras e impôs distâncias, aumentando o tempo em frente às telas, mostrou-nos o poder da tecnologia e que esse é um caminho sem volta. Ou nos adaptamos, ou ficaremos para trás. Seguimos na luta em busca da imunização da categoria contra o coronavírus, pela aprovação do Estatuto da Segurança Privada e de uma Reforma Tributária mais justa, que onere menos o setor de serviços e que promova a geração de empregos para que o crescimento econômico do segmento e do País seja uma realidade”, finaliza.



Washington Umberto Cinel

Uma vida dedicada à segurança privada

Formado no curso de Oficiais da Polícia Militar, declarado Aspirante a Oficial em 21/04/1978 pela Academia de Polícia Militar do Barro Branco, em São Paulo-SP, o empresário Washington Umberto Cinel, 66 anos, também é Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito de Bauru, no interior do estado de São Paulo. Toda essa formação está à disposição da segurança privada brasileira há 36 anos, ou seja, mais da metade da vida de Cinel já foi dedicada ao setor.

“Na segurança privada, eu comecei, em 1985, com a Gocil Serviços de Vigilância e Segurança. As atividades da empresa foram iniciadas na cidade de Bauru, interior de São Paulo, por uma ocorrência na TV Tem, afiliada da rede Globo na cidade. Hoje, temos abrangência nacional com filiais em 15 estados, mais de 10 mil postos de trabalho e cerca de 20 mil colaboradores”, conta o empresário.

Presidente e sócio fundador da Gocil Segurança e Serviços, Washington Umberto Cinel não esconde que a vivência na segurança pública foi fundamental para o desenvolvimento da empresa. “A minha carreira foi feita na Polícia Militar do Estado de São Paulo. E, a partir da minha vivência, percebi o quanto é necessário fornecer uma segurança de boa qualidade para as pessoas e empresas. Por isso criei a Gocil, com o objetivo de fornecer um serviço exclusivo para cada demanda. E ao decorrer dos anos, fomos evoluindo e criando ofertas de serviços como Facilities, Multisserviços e Tecnologia.”

Desde 2010, o empresário também passou a contribuir com a atividade sindical, quando assumiu o cargo de diretor de Marketing do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP), cargo em que permaneceu até 2014. No ano passado, passou a integrar a diretoria da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist). “Em outubro de 2020, eu assumi o cargo de vice-presidente de Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais na Fenavist. Resolvi participar desta atividade por acreditar que é fundamental manter o setor unido e organizado para defender as demandas e ajudar a debater, com o poder público e com a sociedade, assuntos de nossos interesses e de nossos colaboradores”, explica Washington Cinel.

Para o empresário, a importância da segurança privada ficou ainda mais evidente durante a pandemia da covid-19. “A segurança privada mostrou como é essencial no atual momento em que vivemos, que em nenhum momento parou e faz um trabalho de resguardo do patrimônio. Além disso, é um serviço que está em constante atualização e sempre procura se modernizar com novas tecnologias que promovem um tempo mais rápido de resposta e é isso que prevejo no futuro para o setor, cada vez mais inovador e com novas tecnologias, mas sempre contando com uma mão de obra eficiente, fazendo essa mescla de material humano e tecnológico.”

SEMEESP

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
 São Paulo-SP, CEP: 02512-000
 Telefone: (11) 2537-8301
 E-mail: adm@semeesp.com.br
 Presidente: Autair Iuga

SESVESP

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
 São Paulo-SP, CEP: 02512-000
 Telefone: (11) 3858-7360
 E-mail: sesvesp@sesvesp.com.br
 Presidente: João Eliezer Palhuca

SINDESP/AC

Endereço: Rua 6 de Agosto Lj. 1 nº 853 - Centro Rio Branco-AC, CEP 69901-000
 Telefone: (68) 3223-9672
 E-mail: sindesp2018ac@gmail.com
 Presidente: Carlos Eduardo Lobato Frota

SINDESP/AL

Endereço: Rua Dr. Luis Pontes de Miranda nº 36 Ed. Delmiro, SI 305 - Centro - Pça. Palmares Maceió-AL, CEP: 57020-140
 Telefone: (82) 3326-1325
 E-mail: sindesp-albr@ig.com.br
 Presidente: Marcus Vinícius Castro do Nascimento

SINDESP/AM

Endereço: Rua Belo Horizonte 19, sala 717 Adrianópolis - Centro, Manaus-AM, CEP: 69057-060
 Telefone: (92) 3613-1213
 E-mail: sindespam@sindespam.com.br
 Presidente: José Pacheco Ferreira

SINDESP/AP

Endereço: Rua Jovino Dinoá - de 1094/1095 a 2614/2615, nº 1770, Condomínio Marnazul sala 4 - Central, Macapá-AP
 Telefone: (96) 2101-3308
 E-mail: sindesp-ap@hotmail.com
 Presidente: Luis Fernando de Azevedo da Silva

SINDESP/BA

Endereço: Av. Tancredo Neves, nº 274 Bloco "B" Centro Emp. Iguatemi - SI 421/422 Pituba - Salvador-BA, CEP: 41820-020
 Telefone: (71) 3450-0411/0563
 E-mail: sindespba@terra.com.br
 Presidente: Paulo Cruz Azevedo

SINDESP/CE

Endereço: Rua Pereira Filgueiras, 2020 SI 303/304 - Aldeota - Fortaleza-CE, CEP: 60160-150
 Telefone: (85) 3244-5599
 E-mail: sindesp-ce@fortalhet.com.br
 Presidente: Urubatan Estevam Romero

SINDESP/DF

Endereço: SAAN Quadra 03 Lote 1300 - Brasília-DF, CEP: 70632-300
 Telefone: (61) 3233-9922/8338
 E-mail: sindesp@sinde-sp.org.br
 Presidente: Luis Gustavo Silva Barra

SINDESP/ES

Endereço: Av. Cesar Helal, 323 Bento Ferreira - Vitória-ES, CEP: 29050-657
 Telefone: (27) 3325-5025
 E-mail: sindespadm@terra.com.br
 Presidente: Edimar Barbosa

SINDESP/GO

Endereço: Rua dos Bombeiros nº 128 Qd. 248 Lts 12/14/15 Pq Amazônia - Goiânia-GO, CEP: 74835-210
 Telefone: (62) 3218-5946/5174
 E-mail: sindespgoias@uol.com.br
 Presidente: Ivan Hermano Filho

SINDESP/MA

Endereço: Rua Oswaldo Cruz, 1555 - Sala 708 - 7º Andar - Ed. João Pessoa - São Luís-MA, CEP: 65020-251
 Telefone: (98) 3221-4557
 E-mail: sindespma@bol.com.br
 Presidente: Domingos Alcântara Gomes

SINDESP/MG

Endereço: Av. Raja Gabáglia, 2000, Torre 1 - Sala 334 - Estoril - Belo Horizonte-MG, CEP: 30494-170
 Telefone: (31) 3327-5300
 E-mail: sindesp-mg@sindesp-mg.com.br
 Presidente: Edson Pinto Neto

SINDESP/MT

Endereço: R. Desembargador Ferreira Mendes, 233 Ed Master Center SI 2/3 - Centro Sul - Cuiabá -MT, CEP: 78020-200
 Telefone: (65) 3027-6607/3607
 E-mail: secretaria@sindesp-mt.com.br
 Presidente: Ângelo Roberto Jacomini

SINDESP/PA

Endereço: Rua dos Mundurucus 3.100, sala 2303, Ed Metropolitan Tower - Guamá - Belém-PA, CEP: 66073-000
 Telefone: (91) 3246-3436
 E-mail: gerencia.sindesp@sindesp-pa.com.br
 Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca

SINDESP/PB

Endereço: Av. Dom Pedro II, 1269 Sala 802/803 Ed Síntese - Centro João Pessoa-PB, CEP:58013-000
 Telefone: (83) 3241-6466/6489
 E-mail: sindesp-pb@hotmail.com
 Presidente: Andréa Carla Gomes Pimenteira Thomaz

SINDESP/PE

Endereço: Av. Agamenon Magalhães, 2764, Sala 103 Ed Emp. Ant. Albuquerque Galvão Bairro: Espinheiro - Recife-PE, CEP: 52020-000
 Telefone: (81) 3421-4520 e 3423-5032
 E-mail: sindesp@sindesp-pe.com.br
 Presidente: Agostinho Rocha Gomes

SINDESP/PI

Endereço: Av. Barão de Castelo Branco, nº 3319 B. Monte Castelo Teresina-PI, CEP: 64016-850
 Telefone: (86) 2106-0924/0900
 Presidente: Alípio José Castelo Branco Júnior

SINDESP/PR

Endereço: Rua João Parolin, nº 1416 - Parolin - Curitiba-PR, CEP: 80220-290
 Telefone: (41) 3233-6880
 E-mail: sindesp@sindesp-pr.org.br
 Presidente: Alfredo Vieira Ibiapina Neto

SINDESP/RJ

Endereço: Av. Paulo de Frontin, 383 Rio Comprido - Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20261-240
 Telefone: (21) 2293-4354

E-mail: sindesp-rj@sindesp-rj.com.br
 Presidente: Frederico Carlos Crim Camara

SINDESP/RN

Endereço: Av. Odilon Gomes de Lima 1727 Sala 06 Prédio Comercial Cond. N. Sra. Da Paz Capim Macio - Natal-RN, CEP: 59078-400
 Telefone: (84) 3217-0476
 E-mail: sindesprn@hotmail.com
 Presidente: Edmilson Pereira de Assis

SINDESP/RO

Endereço: Avenida Amazonas, 9069 - Socialista - Porto Velho-RO, CEP: 76828-870
 Telefone: (69) 3229-0315
 E-mail: sindespro_sindesp@hotmail.com
 Presidente: Francisco Assis B. Fonseca

SINDESP/RS

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 1570 Sala 207 - Porto Alegre-RS, CEP: 90150-004
 Telefone: (51) 3233-7172/9744
 E-mail: sindesprs@sindespr.com.br
 Presidente: Sílvio Renato Medeiros Pires

SINDESP/SC

Endereço: R. Deodoro, 226 Ed. Marco Pólo 4º Andar - Centro Florianópolis-SC, CEP: 88010-020
 Telefone: (48) 3223-1678/1393
 E-mail: sindesp@sindesp-sc.org.br
 Presidente: Dilmo Wanderley Berger

SINDESP/SE

Endereço: Rua Terezinha da Costa Santos, 347 Jardim Alvorada Aracaju-SE, CEP: 49045-133
 Telefone: (79) 3231-5971
 E-mail: sindesp-se@infonet.com.br
 Presidente: Sandro Ataíde Moura

SINDESP/TO

Endereço: Quadra 204 Sul Alameda 13, Lote 02 (antiga ARSE 21) Palmas-TO, CEP: 77020-476
 Telefone: (63) 3213-2288/3214-6593
 E-mail: sindespto@uol.com.br
 Presidente: Joseph Ribamar Madeira

SINDESV/MS

Endereço: Rua Japão 815, Jóquei Club, Campo Grande-MS, CEP: 79.080-450
 Telefone: (67) 3222-5422/99245 0307
 E-mail: secretariaexecutiva@sindesvms.com.br
 Presidente: Amílto José do Pilar

SINESVINO

Endereço: Rua Julio de Castilhos, 651 Sala 109 - Centro Farroupilha-RS, CEP: 95180-000
 Telefone: (54) 3268-6555
 E-mail: sindicato.sinesvino@gmail.com
 Presidente: Gilberto Perera

SINDESP/RR

Endereço: Av. Benjamin Constant, nº 1171 sala 08B - Centro Boa Vista-RR, CEP: 69301-020
 Telefone: (95) 3198-2203
 Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca

Anuncie aqui!



SUA EMPRESA
COM DESTAQUE

5.500 exemplares,
E mais de mil acessos
mensais no site

 **REVISTA Fenavist**
Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores

Contato Comercial:
(61) 3327-5440
ascom@fenavist.org.br
fenavist@fenavist.org.br



Fique ligado na nossa
Agenda

MAIO

DIA 12

- 11h: Reunião de Diretoria da WSF, Brasília-DF (on-line)

DIA 13

- 10h às 12h: Reunião de Diretoria da Fenavist, Brasília-DF (on-line)

DIA 28

- 09h às 12h: Reunião com os Jurídicos dos Sindesp's, Brasília-DF (on-line)

JUNHO

DIA 16

- Encontro das Federações da América do Sul (on-line)

DIA 17

- 09h30 às 10h30: Assembleia Geral Ordinária do Conselho Deliberativo do INASEP, Brasília-DF (on-line)
- 10h30 às 12h: Assembleia Geral Ordinária da Fenavist, Brasília-DF (on-line)

DIA 29

- 10h às 12h: Reunião com o Parceiros do INASEP, Brasília-DF (on-line)

AGOSTO

DIA 18

- Palestra WSF: Startups x segurança privada, América do Sul (on-line)

DIA 19

- 10h às 12h: Reunião de Diretoria da Fenavist, Brasília-DF (on-line)

DIA 27

- 9h às 12h: Reunião com os Jurídicos dos Sindesp's, Brasília-DF (on-line)

SETEMBRO

DIAS 22 a 24

- Feira ISC Brasil, Expo Center Norte, São Paulo-SP

DIA 23

- Manhã: Assembleia Geral Extraordinária da Fenavist, São Paulo-SP

OUTUBRO

DIA 21

- 10h às 12h: Reunião da Diretoria da Fenavist, Brasília-DF (on-line)

DIAS 25 a 29

- Palestra WSF: Teoria da Internet das Coisas, América do Sul (on-line)

DIA 29

- 9h às 12h: Reunião com os Jurídicos dos Sindesp's, Brasília-DF (on-line)

NOVEMBRO

DIA 18

- 11h: Reunião de Diretoria da WSF, Brasília-DF (on-line)

DIA 22

- 14h30 às 15h30: Reunião com Conselho Deliberativo do INASEP, Brasília-DF (on-line)
- 15h30 às 17h30: Reunião com a Diretoria e Parceiros do INASEP, Brasília-DF (on-line)

DIA 23

- 10h às 12h: Reunião de Diretoria da Fenavist e AGO (aprovação orçamento 2022), Brasília-DF (on-line)



Inasep

#juntossomosmaisfortes

Saiba mais



www.fenavist.org.br/negocios
negocios@inasep.org.br
61 3327-5440





Siga nossas redes sociais!



www.linkedin.com/company/65450294/admin/



www.youtube.com/channel/ucsufdzfndl-eo5lu5dad7wa



facebook.com/fenavistseguranca/



twitter: @fenavists



instagram: @fenavist_seguranca